



CIM-TTM

Terras de
Trás-os-Montes
Comunidade Intermunicipal

Assinaturas em azul:

Dra. M. J. P. (cima esquerda)

Dra. M. J. P. (cima direita)

M. J. P. (no centro)

M. J. P. (abaixo)

M. J. P. (direita)

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

APROVADO

Pelo Conselho Intermunicipal em reunião de 19 / Abril / 2018

Pela Assembleia Intermunicipal, em reunião de 30 / Abril / 2018

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO

Introdução	3
Actividade da CIM-TTM	3
Análise da Execução Orçamental	49
Análise da Situação Económica e Financeira	50
Proposta de Aplicação de Resultados	53

CONTAS

Balanço	54
Demonstração de Resultados	58
Mapa de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa	60
Fluxos de Caixa	64
Operações de Tesouraria	67

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Caracterização da Entidade	70
Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados	75
Notas ao Processo Orçamental e Respectiva Execução	81
Contratação Administrativa	86
Síntese Reconciliações Bancárias	91
Certificação Legal das Contas	93

RELATÓRIO DE GESTÃO

1 – INTRODUÇÃO

O presente relatório refere-se ao exercício da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) em 2017 e pretende informar sobre os principais actos de gestão e contas relativas ao exercício.

A CIM das Terras de Trás-os-Montes foi criada em 2014, por cisão da CIM de Trás-os-Montes, pelo que o ano 2017 marca o fim do primeiro mandato dos órgãos desta entidade.

Em 2015, após a assinatura do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) a atividade centrou-se na gestão das verbas afetas ao território, sem nunca descurar outras candidaturas e outras reivindicações para um território mais coeso, mais próximo e mais próspero.

Para tal, significou trabalhar em rede com os principais atores públicos, privados e associativos das Terras de Trás-os-Montes, na construção da Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE, na montagem técnica, financeira e institucional dos projetos do PDCT e na estruturação de parcerias e projetos de cooperação territorial, no âmbito do INTERREG VA e SUDOE, na abertura de avisos para apresentação de candidaturas no âmbito do sistema de incentivos ao emprego e ao empreendedorismo.

2 – CONSELHO INTERMUNICIPAL

O Conselho Intermunicipal realizou 11, oito das quais no âmbito dos órgãos eleitos para o mandato 2013-2017 e as restantes três já com o atual conselho eleito em 16 de novembro de 2017.

3 – ACTIVIDADE DA CIM-TTM

Durante o ano 2017, a CIM-TTM deu continuidade às atividades que estava a desenvolver, bem como iniciou outras de caráter relevante. De seguida será efetuada uma apresentação resumida que se pretende ilustrativa da atividade desenvolvida ao longo de 2017:

• PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL DAS
TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

A consagração no Tratado de Lisboa do objetivo de **coesão territorial** a par com os objetivos de **coesão económica e social** determinou que ao território fosse prestada uma atenção redobrada na política de coesão pós 2013. As questões territoriais são assumidas com acrescida centralidade nos documentos comunitários que enquadram e regulam a preparação e a execução do ciclo de programação financeira da U.E. para 2014-2020.

Encontrando-se estabilizada a Visão e as Prioridades Estratégicas para a Europa 2020, que se trata de uma estratégia de crescimento da U.E. para a próxima década, a qual pretende que a União Europeia se torne uma economia inteligente, sustentável e inclusiva, com o propósito de auxiliar os Estados-membros a atingir níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social.

Em linha com os objetivos traçados pela U.E., durante o ano 2014 foi preparado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, bem como a Estratégia Intermunicipal de Desenvolvimento Territorial. Estes documentos de extrema importância para a CIM-TTM deram lugar ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial [Pacto].

O Pacto foi celebrado em Guimarães, no dia 5 de agosto de 2015, entre a CIM-TTM e as Autoridades de Gestão do Programa Operacional do Norte, do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos, do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020.

O Pacto envolve uma dotação financeira de **58.122.943,23 Euros** de fundos comunitários até 2020, distribuídos pelas prioridades que se apresentam no quadro abaixo.

Provisão de Investimento	Ação Operativa	PODE	PO	Total da Ação	Total
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, o infórmulo, a cultura em linha e a saúde em linha	PO NORTE	2.950.200,17			2.950.200,17
03.04 - Investimentos em áreas rurais	PDR 2020			4.153.740,05	4.153.740,05
04.05 - A disponibilização de infraestruturas energéticas, a geração integrada de energia e o desenvolvimento das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da justiça.	PO NORTE	5.700.174,28			5.700.174,28
05.02 - A promoção do investimento para fazer face a riscos específicos, reagir a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes	PO SEUR		522.750,00		522.750,00
05.03 - Investimentos na área das estradas para aumentar as capacidades de acesso terrestre que oferece e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que visam além das fronteiras	PO SEUR		103.125,00		103.125,00
06.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas tradicionais	PO NORTE	8.734.465,76			8.734.465,76
06.04 - A concessão de apoio ao desenvolvimento das atividades de empresas e o apoio à atividade por conta própria, de empreendedorismo e à criação de empresas	PO NORTE	2.675.884,02			2.675.884,02
07.01 - Inclusão social, incluído com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	PO NORTE	9.900.002,77			9.900.002,77
08.01 - Inclusão social, incluído com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	POSE	274.000,19			274.000,19
08.04 - Melhoria de acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços competitivos, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	POSE	1.512.307,93			1.512.307,93
08.07 - Investimentos em saúde e nas infraestruturas sociais que contribuem para o desenvolvimento rural, regional e local, a melhoria das condições de vida, a promoção da inclusão social através da melhoria de acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de bem comum	PO NORTE	1.365.920,33			1.365.920,33
10.01 - Redução da evasão escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formal, não formal e informal para a reabilitação no ensino e na formação	PO NORTE	5.415.316,73			5.415.316,73
10.26 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formacionais	PO NORTE	12.750.000,00			12.750.000,00
Total					
Total PO NORTE					
Total PDR 2020					
Total PO SEUR					
Total PO BE					

Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

O Programa de Ação e Investimentos do Pacto desagrega-se em Eixos estratégicos e, subsequentemente, em objetivos estratégicos e específicos, e medidas:

- MELHORAR A REDE DE APOIO ÀS EMPRESAS, COM ESPECIAL ENFOQUE NOS SECTORES AGRÍCOLA E PECUÁRIO; FOMENTAR A DIFERENCIAÇÃO, INOVAÇÃO, COMPETITIVIDADE E COESÃO TERRITORIAL.**

Neste âmbito, importa melhorar as infraestruturas e serviços de apoio às empresas e incentivar a criação do próprio emprego e de empresas por grupos populacionais em risco a partir da medida 8.3 d) e 8.8 b) | Sistema de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo (SIE).

Os principais resultados esperados são a criação de novos postos de trabalho e empresas a partir do apoio a iniciativas empreendedoras (ex.: suporte ao longo do ciclo de vida de uma nova empresa; partilha de know-how; sistemas de microcrédito) que promovam os produtos endógenos da região. Adicionalmente, prevê-se a criação, modernização ou capacitação de viveiros, resultando no apoio à criação e manutenção de emprego e empresas.

No âmbito desta prioridade de investimento foi aberto o Aviso para apresentação de candidaturas n.º NORTE-M7-2017-13 em junho de 2017, compreendendo duas fases com a seguinte dotação:

	FSE (P.I. 8.3)	FEDER (P.I. 8.8)
Fase 1: até 15.09.2017		
Fase 2: até 28.02.2018	5.200.000 Euros	1.550.000 Euros

O SI2E é um instrumento destinado a apoiar pequenos investimentos empresariais de âmbito local para a “criação, modernização e expansão de micro e pequenas empresas”, desde que o investimento fosse superior a 100.000 Euros e inferior a 235.000 Euros. Este Aviso destinava-se a qualquer entidade que exercesse uma atividade económica, com exceção das previstas no artigo 5.º da Portaria 105/2017, de 10 de março.

Na primeira fase de apresentação de candidaturas deram entrada 52 candidaturas, das quais 8 foram não admitidas e 1 apresentou desistência.

O montante financeiro apresentado no âmbito da primeira fase no que se refere ao investimento (FEDER) foi de 4.088.660,51 Euros e de FSE foi de 601.443,18 Euros prevendo a criação de 109 postos de trabalho.

À data da realização do relatório ainda se encontrava em fase de solicitação de elementos/audiência prévia, pelo que não é possível apresentar os números definitivos.

- **FOMENTAR A DIFERENCIACÃO, INOVAÇÃO, COMPETITIVIDADE E COESÃO TERRITORIAL**

Este objetivo é parcialmente atingido a partir da implementação da medida 10.5 a) "Equipamentos e infraestruturas escolares" que visa a promoção do ensino sustentável e requalificação/modernização das infraestruturas educativas. Os resultados esperados são a melhoria do nível de qualidade e de cobertura da rede de infraestruturas de educação e ensino, das condições de ensino e aprendizagem, e a promoção do acesso e incremento do sucesso escolar.

No âmbito desta prioridade de investimento foram aprovadas em 2017 as seguintes candidaturas, que encontravam previstas no mapeamento anexo ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial:

DESIGNAÇÃO	PROMOTOR
Escola Básica e Secundária D. Afonso III	Município de Vinhais
Escola Básica e Secundária de Macedo de Cavaleiros – Remodelação e Ampliação do Pavilhão Gimnodesportivo	Município de Macedo de Cavaleiros

À data da elaboração deste relatório já se encontravam aprovadas as operações "Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica e Secundária de Miranda do Douro" e a "Intervenções na Escola Básica e Secundária de Alfândega da Fé" e encontrava-se aberto o Aviso para apresentação de candidaturas desta tipologia.

- **CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL E TIC**

Este objetivo visa aumentar o acesso aos serviços públicos digitais, promover e melhorar a eficiência interna das administrações/organismos públicos

- 2.3 a) | "Trás-os-Montes Conectada" - Plataforma única de atendimento aos cidadãos
- 2.3 b) | Smart region Trás-os-Montes
- 2.3 c) | Balcão Móvel

Os resultados a alcançar são a gestão eficiente em todos os domínios urbanos, o aumento do número de acessos aos serviços públicos digitais, o aumento da oferta/procura de serviços em rede e a redução de custos de contexto.

- **APOIAR A INCLUSÃO SOCIAL, COM VISTA À DIMINUIÇÃO DA POBREZA; PROMOVER A SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E SOCIAL, COM VISTA AO REPOVOAMENTO DO TERRITÓRIO.**

Na vertente de Inclusão Social e Pobreza, é pretendido rentabilizar os recursos existentes e aumentar a cooperação entre parceiros para projetos conjuntos e inovadores, melhorar o acesso e a gestão dos serviços e das respostas sociais, e promover o desenvolvimento de competências nos grupos vulneráveis, reduzir a exclusão social e o desemprego a partir das medidas:

- 9.1 a) | Contratos de Emprego Inserção
- 9.1 d) | Bolsa Especializada de Voluntariado
- 9.4 b) | Idade Mais - Projecto Envelhecimento + Activo
- 9.7 a) | Intervenções em equipamentos sociais
- 10.1 a) | Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar

Os principais resultados esperados são reforçar as competências pessoais, sociais e profissionais visando a integração ativa e a empregabilidade de desempregados e outros grupos vulneráveis, reduzir a exclusão social, promover o envelhecimento ativo, reforçar as parcerias existentes, melhorar a oferta e procura de serviços sociais e aumentar o acompanhamento de pessoas que necessitam de cuidados de saúde. Prevê-se também reduzir o abandono escolar e melhorar os níveis de sucesso educativo através de instrumentos inovadores cujo foco é nas famílias, comunidades (parcerias com empresas e associações) e escolas e consequentemente, nos alunos com necessidades educativas especiais.

Em termos de promoção da sustentabilidade económica e social, com vista ao repovoamento do território, importa garantir a proteção das crianças, o fomento do ensino sustentável, a equidade no acesso e qualidade à educação (reduzindo assimetrias intraregionais) e melhoria do sucesso educativo. Os principais resultados são suprir as fragilidades do sistema educativo e assegurar o acesso e a igualdade de oportunidades.

Neste eixo, concretamente na prioridade de investimento 9.7 - a) Intervenções em equipamentos sociais, a CIM dispõe de 3.355.928,33 Euros (FEDER) para aplicar na região. Neste sentido, atendendo que o mapeamento dos equipamentos sociais não estava concretizado à data da assinatura do PDCT, encontra-se a decorrer a definição do mapeamento deste tipo de equipamentos, por forma a concluir-se as candidaturas por parte das IPSS até 30 de junho de 2018.

• OTIMIZAR OS RECURSOS DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA, PECUÁRIA E FLORESTAL

Com a implementação da medida 3.4 a) Promover as infraestruturas de terrenos agrícolas, prevê-se, como principais resultados, a melhoria do nível de qualidade dos regadios tradicionais e coletivos existentes, da acessibilidade e das condições de produção nas explorações agrícolas, reforçando, portanto, a competitividade.

• POTENCIAR A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA

Na vertente Economia de Baixo Teor de Carbono, importa promover uma região ambientalmente autosustentada e aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas a partir das medidas:

4.3 a) | Eficiência energética nas infraestruturas públicas

Os principais resultados são melhorar e aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas, reduzir as emissões de CO₂ e os desperdícios de energia, promover o território enquanto eco região e a adopção de tecnologia/ fonte de energia mais sustentável e eficiente. Adicionalmente, devido à utilização de tecnologias de informação, prevê-se a melhoria das capacidades de planeamento, monitorização e comunicação face à eficiência energética.

Em termos de proteção do ambiente, para garantir a valorização dos resíduos e promover a região como ambientalmente autosustentada, importa operacionalizar a medida 6.1 a) - Eco+Valor. Com esta medida prevê-se o aumento da separação de resíduos e reciclagem, e a redução da quantidade de resíduos depositados em aterros.

No âmbito da prioridade de investimento 4.3 - a) Eficiência energética nas infraestruturas públicas, o processo de análise das candidaturas apresentadas pelos municípios encontrava-se suspenso, devido à possibilidade de serem negociadas novas regras. Pois tratam-se de candidaturas cujo fundo FEDER pode ser totalmente reembolsável com as poupanças obtidas com a execução do investimento. Por este facto, ainda não existem operações aprovadas nesta PI.

- **VALORIZAR E PROTEGER DE FORMA SUSTENTÁVEL OS RECURSOS NATURAIS E OS CIDADÃOS**

Para melhorar a gestão e a eficácia das intervenções em situação de sinistro ou catástrofe, importa aumentar a capacidade de resposta, aumentando a eficiência dos organismos públicos a partir das medidas:

5.2 a) | Infraestruturas de apoio à gestão de risco

Neste sentido, importa promover a proteção do vasto território que dispõe de vários parques naturais de relevância nacional, nomeadamente ao nível da Rede Nacional de Áreas Protegidas (onde se incluem, entre outros, o Parque Natural de Montesinho, o Parque Natural do Douro Internacional, a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo e o Geoparque Terras de Cavaleiros). Prevê-se, portanto, melhorar as capacidades de planeamento, monitorização e comunicação face aos riscos de incêndios, reduzindo a área ardida e melhorando a gestão dos recursos e otimizando os recursos financeiros.

6.1 a) | Ações de educação e sensibilização com enfoque nos primeiros patamares da pirâmide dos resíduos (prevenção, reutilização e reciclagem) e criação de instrumentos de sensibilização e comunicação.

Apresentados os objetivos e áreas de atuação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes, durante o ano 2017, a CIM-TTM, enquanto promotora de algumas candidaturas/operações, iniciou os seguintes projetos:

i) *INSTALAÇÃO DE CÂMARAS DE VIGILÂNCIA NA SERRA DA CASTANHEIRA, SERRA DE BORNES E SERRA DE NOGUEIRA*

Este projeto foi apresentado no âmbito da medida 5.2 a) nfraestruturas de apoio à gestão de risco.

As novas filosofias de combate aos fogos florestais passam pela intervenção rápida durante a fase inicial dos mesmos, implicando a utilização de menos recursos humanos e materiais. Não obstante a valência de tal medida, a detecção e a monitorização de incêndios continua a ser efectuada de forma não sistemática, através da análise visual directa, o que significa que para um controlo efectivo de todos os hectares das nossas florestas seriam necessários centenas de

vigilantes, trabalhando 24 horas por dia. Idealmente, um sistema de avisos deveria ser automático, autónomo, rápido e com capacidade de indicar o local exacto do início da combustão. A videovigilância é uma mais-valia, uma vez que, aumenta a rapidez de actuação das equipas no terreno, o que tem um impacto muito significativo, uma vez que a área ardida cresce de forma exponencial com a duração dos incêndios.

Reconhecendo-se a importância de que se reveste a problemática dos incêndios florestais, nomeadamente os prejuízos materiais, económicos, humanos e ambientais associados, e sendo fundamental numa estrutura integrada de prevenção e combate aos incêndios florestais, a existência de meios eficazes de vigilância, detecção e acompanhamento das ocorrências, a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes - CIM-TTM, pretende implementar um Sistema de Videovigilância Florestal na Serra da Castanheira, no concelho de Mogadouro, Serra de Bornes em Alfândega da Fé e Macedo de Cavaleiros e na Serra de Nogueira em Bragança.

Com um sistema de videovigilância florestal pretende-se:

- Deteção rápida e precisa dos incêndios;
- Avaliar a situação de forma rápida e abrangente;
- Reduzir o número de falsos alertas e aumentando a fiabilidade dos alertas;
- Eliminar inevitáveis erros ou omissões na transferência de informação, que podem condicionar a tomada de decisão;
- Obter informação em tempo real, evitando deslocações desnecessárias a falsos alertas ou alertas mal caracterizados;
- Combate mais rápido, uma vez que uma detecção precoce implica menos homens necessários e menor permanência dos meios de combate no local de incêndio, conseguindo-se assim menores áreas ardidas;
- Monitorização das condições meteorológicas do local;

O sistema CICLOPE é composto por estações remotas, denominadas **Torres de Vigilância e Aquisição de Dados - TVAD**, onde é adquirida a informação: **imagens, dados meteorológicos, dados de qualidade do ar, etc.**

A arquitetura do sistema assenta numa estrutura cliente-servidor. O acesso ao servidor CICLOPE pode ser realizado por diferentes meios, o mais comum é o **Centro de Gestão e**

Controlo – CGC coexistir na mesma máquina em que corre o servidor CICLOPE, obtendo-se assim uma solução muito compacta e económica. O operador controla a posição das Câmaras das TVAD através da aplicação CICLOPE, dispondo de um vídeo Wall para visualização das imagens.

É a partir do CGC que todas as TVAD são controladas e é aí que chegam as imagens captadas pelas câmaras. As TVAD podem ser visualizadas/controladas a partir de outros Centros de Controlo, oferecendo ferramentas de gestão de multiutilizadores simultâneos: CDOS, GNR, SMPC, Bombeiros, outros. A interface da operação é extremamente prática e intuitiva.

Pelas suas características, o sistema CICLOPE permite:

- Vigiar a floresta e detetar potenciais comportamentos negligentes ou criminosos;
- Detetar rapidamente fogos a longas distâncias;
- Despiste imediato de alertas de incêndio;
- Cobertura de vastas áreas do território de forma permanente;
- Redução dos custos operacionais;
- Efeito dissuasor;
- Partilha de recursos entre GNR, ANPC e SMPC;
- Dimensionamento dos meios de combate a cada situação particular;
- Ataque mais rápido e eficaz;
- Redução da área ardida;
- Redução de perdas económicas e humanas;
- Redução das emissões de carbono.

Esta configuração permitiria colocar uma torre em cada serra, o que provavelmente garantiria apenas uma cobertura limitada das mesmas. O centro de controlo principal seria instalado no CDOS, onde existem meios operacionais humanos em permanência e na GNR.

No âmbito da execução desta candidatura, a CIM das Terras de Trás-os-Montes abriu um procedimento de contratação, sob a forma de concurso público, para a aquisição de um “Sistema de Vigilância e Apoio à Decisão Operacional” em 25.07.2017. No entanto, este procedimento não resultou em contrato, visto as propostas apresentadas terem sido excluídas.

Por este facto, e devido ao ato eleitoral para os órgãos autárquicos que decorreu no dia 1 de outubro de 2017, este processo atrasou, tendo sido aberto novo procedimento de contratação aprovado em reunião do Conselho Intermunicipal de 9 de fevereiro de 2018.

Atualmente, o procedimento encontra-se em fase de análise das propostas.

II) **BALCÕES MÓVEIS**

A operação “Balcões Móveis” consiste na implementação de um inovador serviço itinerante de atendimento descentralizado da Administração Pública, designado por Balcão Móvel, que servirá os cidadãos da área territorial da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) e que integra o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes.

O projeto “Balcões Móveis” é uma operação enquadrada na Prioridade de Investimento PI 2.3 – O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha – e, nesta sequência, no Objetivo Específico OE 9.3.1 – Aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional e melhorar a eficiência interna da administração pública através de TIC.

Os “Balcões Móveis” envolverão a aquisição e adaptação de veículos automóveis elétricos a utilizar como serviços itinerantes para a promoção de uma administração em rede e implicará o desenvolvimento e integração de equipamentos tecnológicos interativos de suporte ao novo modelo de atendimento e integração destes sistemas e infraestruturas tecnológicas com os existentes nas diferentes áreas e níveis de administração, que resultará em maior eficácia na interação da Administração Pública com os cidadãos.

Por conseguinte, a implementação da presente operação levará a um aumento do número de acessos aos serviços públicos digitais e o aumento da oferta de serviços.

A implementação da operação visa aumentar a proximidade dos serviços da Administração pública com os cidadãos e qualificar a prestação do serviço público através da disponibilização na CIM-TTM de 9 unidades móveis de serviços públicos da Administração com as características do Balcão do Cidadão, integrando serviços de proximidade aos cidadãos deste território.

Pretende-se que a operação seja executada em colaboração com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA), através da colaboração necessária a que os "Balcões Móveis" permitam disponibilizar serviços da Administração Central.

Considera-se a AMA um importante parceiro para a execução do projeto, detentora de competências no domínio da administração eletrónica, designadamente na gestão dos Portais do Cidadão e da Empresa e no desenvolvimento de projetos infraestruturais como o Cartão de Cidadão ou a plataforma de interoperabilidade, necessárias a uma correta execução das atividades previstas.

Os "Balcões Móveis" constituem um modelo descentralizado de prestação de serviços, onde os utentes, especialmente as populações das zonas rurais e afastadas dos centros urbanos, podem aceder de forma cómoda e prática a serviços públicos eletrónicos diversificados do Município e da Administração Central.

Este inovador serviço facilitará igualmente o acesso de cidadãos com mobilidade reduzida aos serviços públicos, permitindo um atendimento acessível, integrado, de cariz territorial para pessoas com deficiência ou incapacidade.

Este procedimento de contratação, sob a forma de concurso público, foi publicado em diário da república no dia 05 de julho de 2017. O contrato de fornecimento foi assinado com a firma Ambienti D'Interni, Unipessoal, Lda., em 1 de março de 2018, sendo o prazo de fornecimento de 4 meses. Neste sentido, é expectável que no final do verão estejam reunidas todas as condições para os balcões já se encontrarem a circular.

III) TRÁS-OS-MONTES CONECTADA

A operação “Trás-os-Montes Conectada” consiste na implementação de uma estrutura tecnológica que permitirá aos Municípios o acesso a uma tecnologia emergente de forma a otimizar e centralizar os recursos e aumentar a capacidade de processamento e segurança da informação (Ação 1 - Estrutura Tecnológica de Apoio à CIM-TTM), que se traduz na disponibilização de uma plataforma única que servirá os cidadãos (Ação 2 - Serviços Multicanal ao Cidadão) da área territorial da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), que contempla nove Municípios, nomeadamente Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais, totalizando a área de 5.543,61 Km² e população correspondente a 117.527 habitantes (Censos 2011).

“Trás-os-Montes Conectada” é uma operação que integra o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes (PDCT-TTM), enquadrável no Concurso para apresentação de Candidaturas “Promoção das TIC na administração e serviços públicos” - Aviso N.^º NORTE-50-2016-12. Tendo em consideração as condições previstas no Aviso, este projeto alinha-se na Prioridade de Investimento PI 2.3 – O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha – e, nesta sequência, no Objetivo Específico OE 9.3.1 – Aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional e melhorar a eficiência interna da administração pública através de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s).

A operacionalização das ações previstas na operação “Trás-os-Montes Conectada” permitirá cumprir os objetivos preconizados em duas medidas previstas no PDCT-TTM, designadamente a plataforma única de atendimento aos cidadãos e consequente implementação de uma plataforma smart.

Pretende-se, estrategicamente, fomentar a diferenciação, inovação, competitividade e coesão territorial, objetivando especificamente promover a eficiência das administrações e organismos público, assim como o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional, melhorando a eficiência interna da administração pública através de TIC’s.

Neste enquadramento, a implementação da operação “Trás-os-Montes Conectada” permitirá alcançar os seguintes resultados:

- Aumentar o número de acessos e a utilização dos serviços públicos digitais;
- Aumentar a oferta e a procura de serviços coletivos em rede na região;

- Melhorar os processos organizacionais;
- Reduzir os custos de contexto;
- Melhorar a eficiência dos serviços da Administração Pública;
- Qualificar a prestação do serviço público.

Esta operação desenvolve-se nas seguintes ações:

Ação 1 perspetiva-se a criação de uma base sólida para a prestação digital de serviços públicos de forma integrada e totalmente desmaterializada, com recurso à identificação eletrónica a partir de qualquer local do território, garantindo, com assento nesta base, um serviço ao cidadão multicanal, que é o que se preconiza na ação 2. Neste contexto, por forma a facilitar e organizar o processo de operacionalização da ação 2, esta divide-se nas seguintes subações:

- Subação 1.1: Cloud TTM (Cloud privada das Terras de Trás-os-Montes)
- Subação 1.2: Disponibilização de rede wi-fi nos municípios
- Subação 1.3: Solução MPS para o backbone da RCBL
- Subação 1.4: Solução VDI para os Municípios
- Subação 1.5: Segurança: Aquisição de Firewall
- Subação 1.6: Implementação do Regulamento (EU) 2016/679
- Subação 1.7: Modernização no Planeamento e Gestão do Território

Ação 2 Decorrente da consolidação da ação 1, surge a base para implementar a ação 2, cujo objetivo é a disponibilização de serviços e a aproximação dos cidadãos e das empresas aos serviços municipais, de forma célere, intuitiva, segura e eficaz. As atividades a desenvolver no contexto desta ação dividem-se nas seguintes subações:

- Subação 2.1 - Faturação Eletrónica
- Subação 2.2 - Implementação de Processos de Negócio
- Subação 2.3 – Aplicações SIGMA
- Subação 2.4 – Aplicação de mobilidade do cidadão
- Subação 2.5 – Plataformas de Ação Participativa

A grande parte das subações, quer da ação 1, quer da ação 2, encontram-se contratadas e em execução, perspetivando-se que no ano 2018 seja executada mais de 50% da operação.

IV) DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO PDCT

No âmbito do PDCT, o NORTE 2020 contratualizou com a CIM-TTM algumas das tarefas, no sentido de agilizar processos. Neste sentido, cabe à CIM-TTM o desempenho das seguintes tarefas:

- Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de selecção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO;
- Assegurar a organização dos processos de candidaturas, relativamente às competências delegadas;
- Verificar se a operação a selecionar apresenta adequação técnica para a prossecução dos objetivos e finalidades específicas visadas e possuir demonstração objetiva da sua viabilidade e sustentabilidade económica e financeira;
- Verificar se o beneficiário tem capacidade administrativa, financeira e operacional antes da operação ser aprovada;
- Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interacção da Autoridade de Gestão do NORTE 2020;
- Verificar a elegibilidade das despesas, designadamente em sede de candidatura e análise dos períodos de pagamento;
- Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação;
- Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
- Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos aquando da aprovação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional, com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos;

- Assegurar que as despesas declaradas cumpriram as regras europeias e nacionais, devendo apoiar a AG do NORTE 2020 na realização de verificações de gestão de operações e nos precisos termos por este definido no Manual de Procedimentos;
- Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão;
- Manter atualizado o Sistema de Informação, com dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria;
- Criar e garantir à Autoridade de Gestão um sistema de gestão e análise adequado e fiável que permita a validação de despesas;
- Reportar, em observância do estabelecido na cláusula sexta e através dos mecanismos previstos pela Autoridade de gestão, em Manual de Procedimentos e Orientações de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária à elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação.

Durante o ano 2017, a CIM-TTM avaliou e emitiu parecer sobre candidaturas da medida **10.5 a) "Equipamentos e infraestruturas escolares"** e procedeu à análise da contratação pública e pedidos de pagamento das operações em curso.

No âmbito da medida **9.1 a) / Contratos de Emprego Inserção** foi analisada e emitido parecer favorável relativo à candidatura “Trabalho Socialmente Necessário – CEI e CEI+ Norte”, apresentada pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP e analisados os pedidos de pagamento relativos à operação.

No âmbito das medidas **8.3 d) e 8.8 b) / Sistema de Incentivos** foram analisadas as candidaturas que deram entrada na primeira fase do Aviso, no que respeita à admissibilidade. Encontrando-se, à data de elaboração do presente relatório, a decorrer a fase para apresentação de esclarecimentos.

Ainda no âmbito da delegação de competências, a CIM apresentou uma candidatura designada **"Assistência Técnica 2017"** que contempla as despesas incorridas no âmbito desta delegação de competências do NORTE 2020, no valor de 309.104,63 Euros.

• STARTUPS FOR COOPERATION

No âmbito desta candidatura foi celebrado contrato de financiamento entre a CIM-TTM e a Presidência do Conselho de Ministros no dia 11 de setembro de 2015. Este contrato envolve o montante financeiro de 501.000 Euros, sendo co-financiado em 70% pela Direção Geral das Autarquias Locais.

Esta operação visa a integração e partilha dos serviços dos municípios tendo sido desenvolvidas diversas ações relacionadas com a conetividade e o acesso às novas tecnologias visando uma maior integração dos serviços, as quais já terminaram no final de 2016 e mereceram destaque no relatório de atividades desse ano.

No entanto, a par com as ações de conetividade e acesso às novas tecnologias, foi também desenvolvido um “Estudo de viabilidade Económica e Financeira relativo à gestão intermunicipal dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais” que a seguir se descreve:

- ✓ **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA RELATIVO À GESTÃO INTERMUNICIPAL DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS (GESTÃO DA ÁGUA “EM BAIXA”) DOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES (CIM-TTM)**

Os Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) integram atualmente o sistema intermunicipal de gestão de resíduos urbanos, geridos pela empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., em atividade desde 2003, constituindo um exemplo concreto e com avaliação positiva na promoção da integração e partilha de serviços e competências municipais. Fruto dessa experiência da gestão partilhada na área dos resíduos urbanos, os Municípios que integram a CIM-TTM pretenderam, no desenvolvimento das suas atribuições e competências, elaborar um Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) relativo ao projeto em epígrafe procedendo a uma análise dos respetivos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais e traçando caminhos de futuro quanto às formas de gestão desses mesmos sistemas. Pretendeu-se que o

estudo fosse bastante abrangente, cumprindo, designadamente, os seguintes pontos que se consideram essenciais para a análise em apreço:

- ✓ Fundamentação da decisão sobre qual o modelo de gestão que melhor defende os interesses dos municípios envolvidos;
- ✓ Avaliação da prossecução do interesse público associado à prestação por parte de uma empresa local de natureza intermunicipal, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto e do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, das atividades de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais;
- ✓ Avaliação, na ótica do investimento, da exploração e do financiamento quanto à viabilidade e sustentabilidade económica e financeira do projeto, aferindo, concretamente o risco de insustentabilidade financeira nos termos do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 50/2012;
- ✓ Avaliação dos efeitos da atividade da empresa sobre as contas e a estrutura organizacional e recursos humanos.
- ✓ Aferir do risco de insustentabilidade financeira nos termos do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 50/2012;
- ✓ Caraterizar sumariamente os Municípios e respetivos sistemas de abastecimento de água e saneamento;
- ✓ Levantar e identificar o estado geral das infraestruturas e sistemas afetos ao serviço de abastecimento de água e saneamento de cada um dos municípios envolvidos;~
- ✓ Proceder ao levantamento das necessidades de investimento de expansão e de remodelação das respetivas redes e sistemas envolvidos, visando a definição do Plano de investimentos a realizar;
- ✓ Analisar os atuais resultados de exploração do serviço de abastecimento de água e saneamento, por cada município;
- ✓ Analisar a viabilidade económica e financeira dos projetos de investimento de expansão/remodelação no âmbito da gestão direta, por parte dos municípios, dos respetivos sistemas de abastecimento de água e saneamento;
- ✓ Analisar as especificidades, os riscos e os problemas que envolvem a prestação, em regime de gestão direta, do serviço de abastecimento de água e saneamento no âmbito dos respetivos municípios;

- ✓ Análise da viabilidade económica e financeira dos projetos de investimento de expansão/remodelação dos sistemas no âmbito do modelo de parceria institucional, envolvendo os 9 municípios da CIM-TTM;
- ✓ Análise de vantagens e desvantagens do modelo de parceria institucional (benefícios e riscos envolvidos);
- ✓ Análise do processo de verticalização dos 9 municípios, com identificação dos principais riscos e benefícios;
- ✓ Conclusões sobre as alternativas: modelo de gestão direta, gestão delegada e verticalização /análise comparativa.

O estudo elaborado permitiu à CIM-TTM a obtenção de informação que habilite a uma gestão eficiente dos recursos e ativos existentes, bem como a uma aposta na qualidade dos serviços prestados, apontando caminhos para uma sustentabilidade abrangente através da apreciação de benefícios a obter em resultado de economias de escala e de gama que resultem da eventual integração dos Municípios que compõem a CIM-TTM.

De referir ainda que a estratégia em apreciação se encontra alinhada com os objetivos que se perspetivam para o PENSAAR 2020, permitindo uma otimização do investimento na perspetiva do interesse público e dos benefícios esperados, procurando-se demonstrar a viabilidade e sustentabilidade das soluções a desenvolver, através de uma análise custo-benefício dos possíveis modelos e soluções de gestão integrada.

Dada a limitação dos recursos humanos que integram a estrutura dos Municípios e da própria CIM-TTM e o elevado volume de informação a recolher e analisar para a elaboração do estudo em questão, recorreu-se à prestação de serviços para a sua realização através de entidade externa, com experiência na matéria, designadamente a Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., entidade com a qual foi celebrado um contrato no valor de 55.350,00€ (com IVA).

O “Estudo de Viabilidade Económica e Financeira” relativo à gestão intermunicipal dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais (gestão da água “em baixa”) dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes permitiu que fosse já constituído um Memorando de Entendimento, tendo em vista a

agregação dos municípios num sistema para a gestão do abastecimento de água e saneamento de águas residuais “em baixa”.

Este estudo deu início ao processo de alteração dos estatutos da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. e a diversos passos no sentido de avaliar convenientemente a agregação dos sistemas, bem como o melhor modelo de gestão.

• PROVERE DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Uma política de desenvolvimento dos espaços de baixa densidade da Região do Norte tem de assumir como objetivo a ocupação sustentável dos territórios, para o que não bastará o incentivo às atividades agro-silvo-pastoris. De facto, os territórios de baixa densidade têm hoje múltiplos usos económicos e sociais, visto que a sua sustentabilidade passa muito pela valorização económica desses usos, com destaque para o turismo. Esta sustentabilidade depende sempre da capacidade de apropriação das externalidades positivas e dos bens públicos produzidos.

Os PROVERE são, assim, instrumentos de política pública dirigidos especificamente para os espaços de baixa densidade, com o objetivo central de fomentar a sua competitividade através da dinamização de atividades de base económica (bens e serviços), inovadoras e alicerçadas na valorização de recursos endógenos, com sustentabilidade e com a preocupação de geração de efeitos de irradiação noutras atividades (efeito motor), contribuindo para criar condições para os espaços de baixa densidade da Região do Norte são detentores de um importante património paisagístico, histórico, cultural ou natural que importa preservar, promover e valorizar. Só que o êxodo populacional destes territórios contribui para a erosão ou mesmo destruição do capital social necessário à mobilização produtiva desse património. Enfim, os recursos endógenos que esses territórios, apesar de todas as dificuldades, foram capazes de reservar ao longo do(s) tempo(s) dispõem hoje de um mercado significativo e, por esse facto, constituem o seu principal ativo em matéria de desenvolvimento. Será através da mobilização destes recursos que, cada vez mais, se tornará possível envolver as populações em atividades crescentemente mais qualificadas, o que evitárá ou pelo menos atenuará os constantes fluxos migratórios que marcaram as gerações precedentes.

A preservação dos recursos e dos produtos endógenos gerará a oportunidade da sua valorização e rentabilização, em mercados que têm por eles uma apetência crescente, implicando uma maior ocupação das populações locais em atividades mais qualificadas e com níveis de rendimento acrescidos, o que evitará, por sua vez, o aprofundamento do processo de despovoamento. A fixação da população, por fim, não deixará de contribuir para a continuação deste processo de preservação dos recursos endógenos. Por esta via, pode-se construir um novo círculo virtuoso de desenvolvimento económico e social, fundamental para a consolidação da rede de pequenos centros urbanos do interior e dos territórios de mais baixa densidade.

A candidatura do PROVERE das Terras de Trás-os-Montes assenta na estratégia comum de valorização económica para um território em que todos os diagnósticos convergem em concordar que são exigentes os desafios que se colocam à sustentabilidade demográfica, social e económica do território.

Na área produtiva, constata-se a permanência de um tecido empresarial desagregado, diminuto, pouco competitivo e pouco empreendedor, embora com provas dadas de resiliência. Na esfera demográfica, verifica-se uma população decrescente e envelhecida, com baixos níveis de formação e cada vez mais exaurida, que obriga a um exercício ambicioso de fixação. A cooperação empresarial em torno da valorização de recursos endógenos, a melhoria de condições de contexto para fomentar o empreendedorismo e a criação de emprego e, finalmente, o combate ao “inverno” demográfico são os três grandes desafios em matéria de sustentabilidade para as Terras de Trás-os-Montes.

Assim, a estratégia de desenvolvimento para as Terras de Trás-os-Montes deve ter uma natureza efetivamente coletiva e transversal ao território, promovendo atuações conjuntas e articulando as atuações individuais de modo a valorizar os seus recursos endógenos de modo integrado.

Nos últimos anos, o território tem conhecido algumas atuações coletivas que merecem atenção, pois são reveladoras que a criação e redes de cooperação institucional e empresarial pode de facto contribuir para a criação de novas oportunidades de desenvolvimento com base

nos recursos endógenos do território. Na vertente institucional, destacamos a Rota da Terra Fria Transmontana, projeto apoiado no quadro do anterior Provere, que mobilizou uma rede muito significativa de agentes turísticos locais e que permitiu aumentar significativamente a atratividade turística do território da Terra Fria e já com tradução real nos indicadores turísticos, embora ainda seja muito cedo para tirar conclusões. Na vertente empresarial, e num âmbito territorial e setorial distinto, podemos destacar a Rota do Azeite, iniciativa acolhida também no Provere de primeira geração e projeto em rede de orientação privada que tem conseguido resultados muito relevantes em matéria de distribuição e comercialização internacional (espaço da lusofonia) do azeite e de outros produtos locais de grande qualidade, em particular da Terra Quente.

Estes dois exemplos são reveladores da importância da organização da oferta tanto na área do turismo como na dos produtos locais. A criação de redes colaborativas nas esferas institucional, empresarial ou mista podem ser apontadas hoje em dia como boas práticas de valorização económica de recursos endógenos nas Terras de Trás-os-Montes. Há aprendizagens realizadas pelos agentes locais, há capacidades e experiências adquiridas em matéria de organização coletiva em rede, mas há obviamente ainda muito a realizar e a consolidar.

A parceria estratégica que se está a construir no contexto do Consórcio, que será consubstanciada na Comissão Executiva do modelo de governança do Provere, também ela é tributária de um processo de aprendizagem que deixa sinais positivos para a execução da EEC. Obviamente, a Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, as associações de municípios, os grupos de ação local e as instituições do ensino superior e da ciência e investigação que estão empareiradas neste Provere têm que dar ainda muitos passos para que estas lógicas colaborativas e estas metodologias organizativas em rede passem a fazer parte das suas praxis. No entanto, a região iniciou um caminho e serão os resultados dessa sua caminhada que mostrarão a bondade e oportunidade do caminho iniciado.

Neste sentido, a fixação do foco-temático deste projeto no turismo justifica-se pela capacidade do setor induzir fatores de inovação na economia local e tirar partido do valor intangível de um conjunto de recursos endógenos que, de outro modo, teriam mais dificuldades de valorização económica. Estão neste caso os recursos endógenos relacionados com a biodiversidade, os recursos naturais, as áreas protegidas, os ofícios tradicionais, cultura



e a tradição, a singularidade dos lugares e das suas comunidades, todos eles recursos que também se situam dentro do perímetro dos bens públicos.

Por sua vez, o turismo acaba por potenciar outros focos temáticos, que assim assumem um papel complementar da EEC, nomeadamente: 1) os produtos locais e o agroalimentar; e 2) a identidade, cultura e criação artística, setores de atividade que nos últimos anos viram nascer várias iniciativas de valorização de recursos endógenos por via da incorporação de novos fatores de inovação e marketing e de novos conceitos de negócio, como ferramentas para a modernização das atividades tradicionais.

Neste sentido, as operações âncora propostas na EEC do Provere TTM não são tributárias de meros projetos turísticos. Elas são operações em que o turismo se desenvolve transversalmente ao território e cria sinergias e complementariedades com outros setores de atividade, sejam eles mais tradicionais ou mais inovadores. E o modo de garantir eficientemente essa transversalidade reside precisamente na capacidade de envolver e promover os agentes locais relevantes, turísticos e conexos, em lógicas de cooperação empresarial e institucional, que são o substrato das Rotas de temática turística que são candidatadas neste Provere.

A pertinência desta candidatura justifica-se por todo o contexto económico e social existente no território, o qual continua a revelar inúmeros constrangimentos de desenvolvimento, já oportunamente identificados e diagnosticados em maior detalhe na secção anterior, entre os quais se destacam o crescente saldo migratório negativo, a saída dos jovens, o envelhecimento da população, a baixa qualificação dos recursos humanos, a reduzida capacidade empresarial, os baixos índices de inovação e desenvolvimento e a falta de tradição de cooperação estratégica entre os setores público e privado.

Mas existe também o reverso da moeda, pois esta região reúne também inúmeras potencialidades e competências. As TTM são detentoras de excelentes ativos paisagísticos, naturais, culturais, agrícolas e gastronómicos que a tornam singular e com enorme potencial de se afirmar no contexto nacional e até internacional, assim os agentes locais tenham engenho e sabedoria para os valorizar e rentabilizar.

É nesse contexto que a EEC Provere pode desempenhar um papel crucial, fazendo a ponte entre as duas realidades. O turismo, pela sua transversalidade, atratividades, rentabilidade, responsabilidade, complementaridade, efeito multiplicador e unificador, é a ferramenta indispensável à execução dos objetivos pretendidos. O setor é também o espaço da concretização de sonhos pessoais, de manifestações de entusiasmo e voluntarismo e de realização de negócios, pelo que congrega um conjunto muito diversificado de interesses que facilita o estabelecimento de pontos de convergência entre os *stakeholders*.

Em 2017 a Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE das Terras de Trás-os-Montes foi aprovada com uma dotação total de **4.137.746,79 Euros**, que engloba cinco projetos âncora, com as seguintes dotações parciais:

PROJETO ÂNCORA	DOTAÇÃO
E-mob – Rede de Percursos das Terras de Trás-os-Montes	300.000,00 €
Rota da Terra Quente Transmontana	1.090.839,49 €
Rota da Terra Fria Transmontana	1.363.549,37 €
Marketing das Terras de Trás-os-Montes	1.176.470,59 €
Gestão e Dinamização do Consórcio EEC PROVERE TTM	206.887,34 €

○ E-MOB – REDE DE PERCURSOS DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

O território das Terras de Trás-os-Montes apresenta características naturais, de ocupação humana e paisagísticas que proporcionam um quadro de enorme potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas ao ar livre. Mais a mais, existe um conjunto de linhas de caminho-de-ferro desativadas (os troços das linhas do Tua, a montante da cidade de Mirandela, e do Sabor, a montante do limite do concelho de Mogadouro) que constituem recursos endógenos que neste território estão claramente desaproveitados. Por outro lado, as atividades turísticas de ar livre, em contacto com a natureza e as comunidades locais, são um dos vetores mais dinâmicos do mercado turístico internacional e também uma tendência forte no mercado turístico nacional, sendo que as Terras de Trás-os-Montes reúnem vantagens competitivas que devem ser potenciadas neste contexto. Acresce que a EEC deste Provere identifica outra necessidade específica de intervenção, que é a interligação entre as duas Rotas



da Terra Quente e da Terra Fria, sendo um projeto de mobilidade turística suave uma excelente oportunidade para a suprir. Ora, a presente operação vem ao encontro destas necessidades do território e do mercado turístico, integrando dois domínios de atuação:

1. Um domínio de inovação territorial: a CIM TTM estabeleceu uma parceria com o fabricante de bicicletas ORBITA para lançar nas Terras de Trás-os-Montes um ecossistema pioneiro de BTT elétrico, aproveitando as linhas de caminho-de-ferro desativadas e os respetivos patrimónios ferroviários. O BTT elétrico apresenta uma vantagem operacional muito significativa, pois implica níveis de investimento muito ligeiros ao nível das plataformas, dado que o traçado irregular faz parte da experiência. A criação de uma oferta turística baseada no BTT elétrico é um projeto inovador em Portugal e, nos termos em que está pensado, será mesmo inovador a nível mundial, pelo que tem o potencial para constituir um fator de enorme atratividade turística no território, com impacto internacional. O ecossistema de BTT elétrico inclui as bicicletas de montanha elétricas e as respetivas estações de guarda e carregamento, assim como o desenvolvimento de dispositivos eletrónicos de apoio à navegação e visitação turística, criando assim uma experiência turística diferenciada e única no país;

2. Um domínio de estruturação da oferta turística das Terras de Trás-os-Montes: o aproveitamento turístico das linhas de caminho-de-ferro desativadas na região tem o potencial de se constituir como um projeto verdadeiramente transversal à organização da oferta turística deste território. Com efeito, o **E-mob - rede de percursos das TTM** pressupõe a criação de uma hierarquia de percursos que será clara tanto para os agentes turísticos locais como também para os turistas:

- i) os percursos estruturantes, a criar, que aproveitam os canais das linhas de Caminho de Ferro desativadas, que se constituirão como os grandes percursos de ligação e de integração da oferta turística regional. Nesta operação será dada prioridade, em face do investimento disponível, à linha do Tua, promovendo a sua classificação como grande rota (GR) e a sua articulação (interfaces) com a Rota da Terra Fria e a Rota da Terra Quente;
- ii) e os percursos complementares, a reorganizar com base nos percursos pedestres existentes, que têm vindo a ser criados no âmbito municipal, mas que carecem de um levantamento, de uma hierarquização e de uma seleção com base num trabalho técnico subordinado a uma lógica supramunicipal, a realizar pelo IPB.

A articulação entre os percursos estruturantes e complementares será estudada do ponto de vista técnico, de modo a otimizar os pontos de contacto e a maximizar a cobertura do território.

Este projeto tem como objetivo:

- ✓ Contribuir para a engenharia da oferta turística Terras de Trás-os-Montes, com a criação de um produto turístico transversal ao território, aglutinador dos outros dois projetos âncora de vocação turística deste Provere, com forte potencial atrativo e alinhado com os segmentos de mercado mais pujantes nos mercados turístico nacional e internacional;
- ✓ Criar novos fatores de atratividade direcionados para os segmentos de mercado do turismo ativo, do *touring* cultural e paisagístico e do turismo de natureza;
- ✓ Promover a internacionalização das TTM junto de segmentos de mercado especializados no turismo ativo, no *touring* cultural e paisagístico e no turismo de natureza e junto do mercado turístico de proximidade (mercado espanhol transfronteiriço);
- ✓ Promover lógicas de *cross selling* com destinos turísticos regionais relevantes: Douro e Gerês;
- ✓ Proporcionar aos turistas uma experiência turística inovadora e profundamente diferenciada no mercado, por via da introdução de um ecossistema de BTT elétrico apoiado na Rede de Percursos;
- ✓ Dinamizar a rede de percursos do ponto de vista turístico, mas também social, promovendo a apropriação desta pelas populações e promovendo dimensões transversais ao território como a promoção do envelhecimento ativo, da educação ambiental, da saúde preventiva, das artes paisagísticas, etc.;
- ✓ Atrair turistas com um perfil mais jovem através da introdução de uma linguagem turística alinhada com lifestyles mais irreverentes, ambientalmente conscientes e ativos;
- ✓ Promover o aumento do tempo de permanência de permanência dos turistas na região, de modo a aumentar as receitas turísticas e a estimular a economia local por via dos rendimentos diretos e indiretos e da geração de emprego;
- ✓ Alavancar a criação de competências de gestão e tecnológicas na área da mobilidade elétrica nos centros de investigação & tecnologia da região, através do estabelecimento de parcerias com entidades líder a nível nacional.

o ROTAS DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES – ROTA DA TERRA QUENTE
TRANSMONTANA

Este projeto terá como promotor a Associação de Desenvolvimento da Terra Quente (DESTEQUE) que possui um histórico de intervenção de mais de 20 anos nos municípios da Terra Quente e integra os concelhos de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Vila Flor e ainda Carrazeda de Ansiães, que não pertence à NUTS III Terras de Trás-os-Montes e que por essa razão não integra o território de intervenção desta operação. A Desteque é um ator relevante do desenvolvimento turístico das Terras de Trás-os-Montes e possui uma experiência no terreno e um capital técnico e relacional que soube construir ao longo dos anos na área do turismo que pode e deve ser colocado, agora, ao serviço de um projeto de desenvolvimento turístico que é transversal ao seu território de intervenção. Aproveitando o capital desta experiência, a Rota da Terra Quente vem ocupar uma necessidade de intervenção recenseada no território dos 4 municípios da chamada Terra Quente que pertencem às Terras de Trás-os-Montes, que é ausência de um produto turístico integrador das cadeias de valor locais, e simultaneamente transversal ao território, oferecendo aos turistas experiências mais completas do ponto de vista dos serviços propostos e mais imersivas no território. Para chegar à organização integrada e transversal da oferta turística local, a Desteque pretende aproveitar o seu conhecimento do terreno e dos seus atores, que muitas vezes são também os seus parceiros, para criar uma verdadeira rede cooperativa de agentes locais da área do turismo e dos setores conexos, ultrapassando dessa forma as atuações individuais muitas vezes desgarradas do território que têm sido habituais na região. Pretende-se que essa rede colaborativa seja a base para a definição e estruturação da Rota da Terra Quente, aproveitando os recursos turísticos endógenos e específicos deste território, que se distingue nas Terras de Trás-os-Montes pela influência mediterrâника. Em complemento à Rota da Terra Fria, a rota que se pretende criar vem assim suprir a carência de um produto turístico territorial organizado no território da Terra Quente e oferecer aos turistas que demandam as Terras de Trás-os-Montes. Trata-se, assim, de um novo produto turístico, assente nos valores identitários específicos da Terra Quente, mas simultaneamente com um papel estruturante na organização da oferta turística das Terras de Trás-os-Montes.

Os objetivos deste projeto são:

- ✓ Contribuir para a engenharia da oferta turística Terras de Trás-os-Montes, pela criação de um novo produto turístico fortemente identificado com uma realidade identitária específica, que até aqui não tem correspondência num produto turístico transversalmente organizado no terreno, contribuindo assim para reforçar o marketing-mix da Marca Terras de Trás-os-Montes;
- ✓ Organizar a oferta turística do subespaço da Terra Quente com base nos seus recursos turísticos e agentes locais específicos e num alinhamento com a identidade específica deste território e as dinâmicas turísticas já instaladas, contribuindo dessa forma para uma organização mais perceptível da oferta turística das Terras de Trás-os-Montes;
- ✓ Segmentar a procura turística para a qual o território da Terra Quente Transmontana reúne melhor potencial de recursos e melhores condições de organização da oferta turística, nas vertentes da gastronomia e vinhos, do touring cultural e paisagístico e do turismo rural, gerando assim condições para organizar a oferta turística de forma mais eficiente e eficaz, tendo em vista o potencial de mercado;
- ✓ Proporcionar aos turistas uma rede de experiências turísticas verdadeiramente diferenciadoras no mercado, por via da sua autenticidade (alinhadas com os valores do território), atratividade (competitivas no mercado em termos de relação preço/qualidade) e profissionalismo (orientadas para a criação de valor);
- ✓ Criar, a montante da oferta, a rede de cooperação empresarial que é vital para oferecer essa rede de experiências e convocar para esta rede outras entidades de caráter público e associativo que sejam relevantes do ponto de vista da organização turística;
- ✓ Atrair turistas com capacidade económica e elevado nível sócio-cultural e promover o aumento do seu tempo de permanência, de modo a aumentar as receitas turísticas na região e a estimular a economia local por via dos rendimentos diretos e indiretos e da geração de emprego.

A concretização da operação/projeto desenvolve-se em cinco atividade:

Atividade 1. Organização da oferta e engenharia de produto para definir e estruturar a Rota da Terra Quente desenvolvimento de trabalhos técnicos conceptuais e trabalhos de aplicação com caráter piloto com os agentes locais parceiros, a envolver no projeto, com vista a criar propostas turísticas em rede para os segmentos da gastronomia e vinhos, do touring cultural e paisagístico e do turismo rural de modo a distinguir a oferta turística baseada na cultura, na tradição e na gastronomia das Terras de Trás-os-Montes e de Portugal;

Atividade 2. Instituição do modelo organizativo da Rota: elaboração de estudo do modelo de gestão do produto turístico e sua implementação, de modo a promover a participação alargada de uma rede de aderentes, dentro de um quadro organizada e estável de governança e promotor de condições económico-financeiras que ofereçam sustentabilidade pós-financiamento comunitário;

Atividades 3. Animação turística da Rota: desenvolvimento de atividades de animação da Rota, de modo a proporcionar uma rede organizada de experiências turísticas fortemente criativas e identitárias, contribuindo para a valorização da oferta turística das TTM;

Atividades 4. Criação da Rede de Portas da Terra Quente: desenvolvimento do conceito da rede de "Portas da Terra Quente", nos concelhos envolvidos na operação - Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor - e, finalmente, a sua animação, dinamização e gestão em rede; complementa-se assim a rede de Portas da Terra Fria, criando condições para que estas duas redes de hospitalidade venham a ser promovidas, dinamizadas e geridas em conjunto sob a marca das Terras de Trás-os-Montes num futuro próximo;

Atividades 5. Dinamização social e turística da Rota junto dos seus turistas-alvo: inclui ações de incentivo da Rota nas redes sociais virtuais e bloggers especializados nas viagens e turismo e na gastronomia e também a representação em feiras e certames relevantes nos seus mercados-alvo.

o ROTAS DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES – ROTA DA TERRA FRIA TRANSMONTANA

Este projeto terá como promotor a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano que desenvolveu nos últimos anos o projeto da Rota da Terra Fria, com bons resultados em termos da organização da oferta e do ganho de notoriedade da marca e do território nos segmentos em que se posiciona. No quadro da primeira geração de Provere foi realizada a consolidação da Rota nos concelhos de Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais e a sua expansão ao concelho de Mogadouro. Por outro lado, foi realizado um forte investimento na criação de uma rede de Portas que abrange todos os concelhos e concretizou-se uma forte aposta na notoriedade da Rota através da campanha das escapadinhas. No quadro desta campanha, lançou-se, ainda a título experimental, uma rede de parceiros turísticos que envolveu mais de 50 aderentes. A campanha assentou num esforço de organização da oferta turística da Rota, em que colaboraram agentes de *incoming* e animação

turística, pelo que foi também o campo de experimentação de uma abordagem mais profissionalizada da engenharia de produto e da distribuição e comercialização da Rota enquanto produto turístico. É este capital de competências, experiência e resultados que importa agora valorizar e projetar do ponto de vista da evolução do projeto no sentido de uma maior qualificação, profissionalização e internacionalização. Desta forma, a Rota da Terra Fria pode continuar a suprir duas necessidades de intervenção recenseadas no território específico dos municípios associados da AMTFNT, que são a fragilidade da integração do turismo nas cadeias de valor locais e a crescente necessidade de colocar no mercado novas experiências para dotar o produto de mais e melhores atrativos, sendo necessário criar e organizar experiências turísticas mais completas do ponto de vista dos serviços propostos e mais imersivas no território. A AMTFNT pretende aproveitar o seu conhecimento do terreno e dos seus atores, alguns dos quais já constituídos em parceiros no quadro da campanha das escapadinhas, de modo a criar uma verdadeira rede cooperativa de agentes locais da área do turismo e dos setores conexos, ultrapassando dessa forma as atuações individuais muitas vezes desgarradas do território que não contribuem para a qualificação, a profissionalização e a internacionalização da sua oferta turística, fragilidades que devem ser agora debeladas. Sendo hoje um dos produtos turísticos mais consolidados da marca "Terras de Trás-os-Montes", a Rota da Terra Fria, assente nos valores identitários específicos da Terra Fria, onde releva a extensão da área territorial classificada como património natural (com destaque para os dois Parques Naturais de Montesinho e do Douro Internacional), terá um papel estruturante na organização da oferta turística das TTM, complementando a Rota da Terra Quente que será definida e estruturada também no quadro deste Provere.

Os objetivos principais na concretização deste projeto são:

- ✓ Contribuir para a engenharia da oferta turística Terras de Trás-os-Montes, pela dinamização de um produto turístico fortemente identificado com uma realidade identitária específica, contribuindo assim para reforçar o marketing-mix da Marca Terras de Trás-os-Montes;
- ✓ Capacitação de novo modelo organizativo da Rota da Terra Fria (RTF), assente numa participação efetiva e responsabilizante dos agentes turísticos locais e conexos num alinhamento com a identidade própria deste território, contribuindo dessa forma para uma organização mais profissional da oferta turística das Terras de Trás-os-Montes;
- ✓ Qualificar a oferta turística da RTF, criando novos fatores de atratividade direcionados para os segmentos de mercado em que a Rota se posiciona;

- ✓ Segmentar a procura turística para a qual o território da Terra Fria reúne melhor potencial de recursos e melhores condições de organização da oferta turística, nas vertentes do Turismo de Natureza, do touring cultural e paisagístico e do turismo rural, gerando assim condições para organizar a oferta turística de forma mais eficiente e eficaz, tendo em vista o potencial de mercado;
- ✓ Estimular a internacionalização da RTF junto de segmentos de mercado especializados no turismo de natureza e junto do mercado turístico de proximidade (mercado espanhol transfronteiriço);
- ✓ Proporcionar aos turistas uma rede de experiências turísticas verdadeiramente diferenciadoras no mercado, por via da sua autenticidade (alinhadas com os valores do território), atratividade (competitivas no mercado em termos de relação preço/qualidade) e profissionalismo (orientadas para a criação de valor);
- ✓ Capacitar, a montante da oferta, a rede de cooperação empresarial que é vital para oferecer essa rede de experiências e convocar para esta rede outras entidades de caráter público e associativo que sejam relevantes do ponto de vista da organização turística;
- ✓ Atrair turistas com capacidade económica e elevado nível sócio-cultural e promover o aumento do seu tempo de permanência, de modo a aumentar as receitas turísticas na região e a estimular a economia local por via dos rendimentos diretos e indiretos e da geração de emprego.

A concretização da operação/projeto desenvolve-se em cinco atividade:

Atividade 1. Capacitação do modelo organizativo implementado: adequação do modelo de gestão da RTF à atual realidade do projeto, mais participado pelos parceiros aderentes e mais profissionalizado, com vista a responsabilizar progressivamente os agentes locais parceiros na gestão operacional da RTF;

Atividade 2. Reforço da atratividade turística da Rota: criação de novas atrações turísticas no contexto da RTF de modo a torná-la mais atrativa, mais satisfatória e mais memorável para os turistas. Nos concelhos do Parque Natural de Montesinho, as novas atrações turísticas estão relacionadas com a criação de parques de atividades ligadas à natureza (na cidade de Bragança e no Parque Biológico de Vinhais). Nos concelhos do planalto mirandês, os investimentos estão relacionados com a ruralidade e com a tradição identitária da pecuária e visam a criação de atrações ligadas ao turismo rural (Centro Interpretativo das raças autóctones de Trás-os-Montes do Posto zootécnico de Malhadas / recintos tradicionais

de feiras de gado de Mogadouro). No caso de Vimioso, pretende-se melhorar as condições de oferta das Termas da Terronha, em face da crescente procura existente;

Atividade 3. Profissionalização da dinamização turística da Rota: desenvolvimento de atividades de dinamização e animação da oferta turística de modo a proporcionar uma rede organizada de experiências turísticas fortemente criativas e identitárias, contribuindo para a capacitação e a profissionalização da oferta turística regional;

Atividade 4. Dinamização da Rede de Portas da Rota: animação, dinamização e gestão em rede das Portas de modo a torná-las espaços vivos da oferta turística da Rota e locais privilegiados para a representação das comunidades e para a promoção dos produtores locais de produtos de qualidade; com a criação da rede de Portas da Terra Quente serão geradas condições para que estas duas redes de hospitalidade venham a ser promovidas, dinamizadas e geridas em conjunto sob a marca das Terras de Trás-os-Montes;

Atividade 5. Dinamização social e turística da Rota junto dos seus turistas-alvo: inclui ações de incentivo da RTF nas redes sociais virtuais, bloggers e órgãos de comunicação social tradicionais especializados nas viagens e turismo e na natureza assim como ações de relações públicas, representação (feiras, certames promocionais...) e incentivos (famtrips, visitas educacionais...) direcionados aos targets específicos do projeto, de modo a obter a visibilidade e o reconhecimento dos mercados-alvo da Rota e a iniciar uma presença internacional.

○ MARKETING DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Este projeto será desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. O principal objetivo desta operação prende-se, de forma inequívoca, com a valorização da marca "Trás-os-Montes" e com a criação de novas oportunidades de geração de valor para todos os agentes institucionais e empresariais que estão apostados no aproveitamento dos recursos endógenos regionais através de um veículo comunicacional e promocional de forte perfil identitário.

Paralelamente, é também objetivo da operação o aumento dos níveis de notoriedade do território e dos seus produtos de qualidade, de modo a atrair mais turistas e visitantes, a captar mais investimentos e iniciativas e a promover a subida sustentada na escala de valor dos produtos locais que vierem a identificar-se com um certo modo de ser e de estar (lifestyle) transmontano projetado com modernidade.

Secundariamente, há também um propósito de experimentação de uma abordagem de comunicação e marketing inovador e num certo sentido disruptivo relativamente às práticas seguidas na região. De facto, pretende-se profissionalizar a abordagem de comunicação e marketing, criando na CIM TTM um centro de competências nestas áreas que fará uso de abordagens de comunicação e marketing inovadoras e que, simultaneamente, será partilhado com os membros do consórcio de modo a articular atuações comunicacionais e promocionais verdadeiramente coletivas.

A operação articula-se em torno de três atividades principais:

Atividade 1. Criação de competências de comunicação e marketing na CIM TTM, através do enquadramento, da capacitação e da alocação à EEC do Provere de profissionais nas áreas da comunicação social, do marketing, das relações públicas e das relações internacionais;

Atividade 2. Estabelecimento de parcerias estratégicas com as entidades de âmbito regional e nacional que sejam preponderantes para a projeção externa das TTM nas áreas estratégicas do turismo, dos produtos locais e da cultura (AICEP, ERT Porto e Norte de Portugal, Agências de Promoção Turística do Norte, etc.) de modo a partilhar custos de promoção interna e externa e a favorecer uma abordagem mais profissionalizada aos mercados estratégicos da região;

Atividade 3. Execução do Plano de Marketing Territorial das TTM, já elaborado pela CIM, onde se incluem ações relevantes para a projeção e a percepção da região, ações de relações públicas, ações de captação de investimentos e iniciativas e a presença seletiva em feiras nacionais e internacionais. Exemplos destas ações, elencadas no Plano, são:

- ✓ Criação da identidade da marca das Terras de Trás-os-Montes, "umbrella" dos produtos e serviços, das iniciativas e atividades e dos projetos promovidos pela CIM e pelos respetivos municípios, pelas entidades públicas regionais e mesmo pelos agentes privados nos vários sectores de atividade, que poderiam passar a integrar nos seus instrumentos de comunicação e marketing a marca unificadora das "Terras de Trás-os-Montes". Esta identidade seria um fator conciliador e integrador das estratégias de comunicação e marketing dos projetos âncora deste Provere;
 - ✓ Promoção da imagem de marca "Trás-os-Montes" tendo em vista a sua aplicabilidade nos mais diversos suportes e produtos;

- ✓ Criação dos embaixadores de Trás-os-Montes (anualmente deve-se selecionar duas figuras públicas, preferencialmente com ligações à região, que pela sua exposição mediática sejam veículos da marca);
- ✓ Criação de linha de merchandising atrativa e inovadora baseada na marca Trás-os-Montes que vá além do habitual merchandising, podendo convidar para o efeito vários artistas transmontanos e outros com créditos no mercado para reforçar a marca (p.ex: pintores, designers);
- ✓ Criação e edição de bibliografia temática (gastronomia, cultura, etc) com apoio de escritores transmontanos (p.ex: José Rentes de Carvalho);
- ✓ Criação e produção de documentários ligados à natureza e vida selvagem em Trás-os-Montes por equipas experientes que possam colocar esses conteúdos em programas dessa temática em canais de sinal aberto e canais por cabo (p.ex: SIC e National Geographic);
- ✓ Recolha e interpretação do património material e imaterial de Trás-os-Montes, com enfoque sobre as manifestações diretamente relacionadas com os produtos locais, a gastronomia e os vinhos, com o intuito de enquadrar as ações de promoção integrada, promovendo a transferência de conhecimento e uma melhor interação com os diferentes públicos;
- ✓ Identificar e promover ações de representação, interna e externa, em certames e eventos do setor, otimizando meios e recursos na projeção da marca Trás-os-Montes;
- ✓ Promoção integrada dos produtos locais de qualidade da região (azeite, vinho, frutos secos e frutos frescos, castanha, enchidos, mel, pão e doçaria, etc.);
- ✓ Promoção dos produtos turísticos organizados em redes de agentes turísticos locais (turismo ativo, turismo de natureza, pedestrianismo, turismo em espaço rural, gastronomia e vinhos, turismo cultural, etc.);
- ✓ Organização de vários eventos, tais como workshops, fóruns de inovação, mercados de rua, feiras tradicionais, concursos gastronómicos, provas, concertos, exposições, organização de visitas a quintas e produtores da região
- ✓ Divulgação dos eventos e atividades relacionadas com este projeto através dos meios de comunicação social, dos canais web e pela conceção de desdobráveis informativos.

○ GESTÃO E DINAMIZAÇÃO DO CONSÓRCIO EEC PROVERE TTM

A presente candidatura tem como promotor a CIM das Terras de Trás-os-Montes.

Trata-se de uma operação relevante para o bom funcionamento do modelo de governação do Consórcio que suporta a EEC do Provere TTM, como aliás está implicitamente reconhecido no próprio aviso do Provere, que prevê explicitamente a elegibilidade dos custos e despesas relacionados com a gestão, coordenação e avaliação dos consórcios. A otimização do modelo de governação do Consórcio, definindo papéis e responsabilidades dos órgãos de gestão e dos próprios membros do Consórcio, permite melhorar a eficiência da articulação entre os promotores das operações âncora entre si, no seio do Conselho Intermunicipal, e entre estes e os promotores de operações complementares, no quadro global do Programa de Ação. A estabilização das relações de liderança, atribuindo ao Chefe de Consórcio um papel mais coordenador e dinamizador e menos centralizador e controlador, constitui uma condição para a responsabilização do consórcio no contexto das parcerias público-privadas, público-público e privadas-privadas que vierem a ser desenvolvidas no seio da rede de atores do consórcio. Trata-se, afinal, de gerar competências de trabalho e decisão em rede que são fundamentais para a capacitação institucional de TTM, promovendo uma estratégia de especialização inteligente no território, capaz de lidar com a realidade diagnosticada da baixa densidade.

As principais atividades desta operação são:

Atividade 1: Dinamização e gestão do Consórcio da Estratégia de Eficiência Coletiva do Provere TTM:

Esta primeira atividade está centrada na governança do consórcio do Provere e tem como principal função a dinamização do trabalho coletivo em rede entre os vários órgãos e parceiros subscritores deste Provere, estimulando as práticas de networking entre os consortes e o envolvimento responsável de um núcleo duro de consortes, envolvidos especialmente na execução das operações âncora, a quem serão atribuídas funções executivas no quadro da gestão, coordenação e avaliação do Provere;

Atividade 2: Promoção e divulgação da Estratégia de Eficiência Coletiva do Provere TTM:

Esta atividade tem como foco principal as tarefas relacionadas com a promoção e divulgação do Provere TTM, internamente, junto dos membros do consórcio e, externamente, no território de intervenção, de forma abrangente e transversal aos seus vários setores de interesse;

Atividade 3: Acompanhamento, monitorização e auto-avaliação:

O sucesso da EEC do Provere está também dependente da reunião de informação crítica com vista a melhorar, a corrigir e a acomodar as várias dimensões do Projeto, pelo que se considera importante individualizar as tarefas de acompanhamento, monitorização e auto-avaliação, envolvendo e responsabilizando todos os membros do consórcio. Subsidiariamente, esta atividade tem também a finalidade de assegurar informação pertinente e atualizada com vista a assegurar todo o reporte com a Autoridade de Gestão.

O Aviso para apresentação das candidaturas dos projetos âncora abriu em março de 2018, tendo como prazo limite para a sua submissão o dia 16 de julho de 2018.

• SISTEMA DE APOIO ÀS AÇÕES COLETIVAS

No âmbito do Sistema de Apoio às Ações Coletivas, a CIM-TTM apresentou e aprovou três candidaturas, que a seguir se apresentam:

○ PROMOÇÃO DO ESPÍRITO EMPRESARIAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

A competitividade da economia regional encontra-se dependente da sua capacidade de renovar o tecido económico e de fomentar a emergência de novas atividades económicas. O apoio ao empreendedorismo desempenha um papel muito relevante neste âmbito, mas apresenta resultados pouco expressivos no contexto regional (de acordo com o INE, a proporção de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia é de 1,49% na região Norte e de 0,55% na região das Terras de Trás-os-Montes em 2013).

Neste sentido, uma das diretrizes do Norte 2020, é que a região deve dispor de instrumentos adequados de suporte e fomento do empreendedorismo de forma a potenciar a dimensão económica, em particular, nos domínios da estratégia regional de especialização inteligente.

Face a este contexto, a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM TTM), juntamente com a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT) e a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (AMTFNT), propõem-se desenvolver um programa de promoção do espírito empresarial que visa a dinamização de

iniciativas de deteção, estímulo e apoio ao empreendedorismo qualificado e criativo nas Terras de Trás-os-Montes. Este projeto pretende ser complementar a iniciativas e atividades previstas ou já presentes no terreno, tendo como objetivo a criação de ações concertadas entre os agentes locais e regionais, com enfoque no território, nomeadamente, nas suas potencialidades e constrangimentos, dinamizando e potenciando as estruturas existentes, com vista ao reforço da competitividade e coesão regional.

A concretização deste objetivo envolve o desenvolvimento das seguintes ações:

- Ação 1. Mapeamento e estruturação da oferta e procura de serviços de apoio ao empreendedorismo e desenvolvimento empresarial:** pretende-se avaliar o contexto regional em matéria de serviços de apoio ao empreendedorismo e desenvolvimento empresarial e as necessidades reais dos empreendedores e empresários da região;
- Ação 2. Prospecção estratégica e gestão de conhecimento:** pretende-se conhecer os setores âncora para a economia regional, avaliar o seu potencial de desenvolvimento e inovação e identificar cadeias de valor potenciais com vista à densificação da base económica regional;
- Ação 3. Análise de *benchmarking* internacional e local:** pretende-se promover o conhecimento da realidade local e internacional como forma de estimular o empreendedorismo, a inovação e a criatividade na economia regional;
- Ação 4. Plataforma regional de promoção do espírito empresarial @TTM:** pretende-se criar uma plataforma regional de promoção do espírito empresarial, a disponibilizar online, que se afirme como ferramenta facilitadora do desenvolvimento económico da região;
- Ação 5. Programa de dinamização da rede de apoio ao desenvolvimento empresarial:** pretende-se promover uma cultura de empreendedorismo e capacitação organizacional das entidades, através da dinamização da rede regional de apoio ao desenvolvimento empresarial, de forma a otimizar o sistema de resposta, adequando-o às necessidades dos empreendedores e empresários das Terras de Trás-os-Montes;
- Ação 6. Programa de sensibilização e capacitação dos empreendedores das TTM:** pretende-se promover uma cultura de empreendedorismo e capacitação das empresas, investidores e empreendedores tendo em vista a criação de emprego e empresas na região;

Ação 7. Programa integrado de estímulo a ideias inovadoras: pretende-se promover o estímulo de ideias inovadoras através da apostila em iniciativas regulares de fomento de uma cultura de empreendedorismo, criatividade e iniciativa empresarial;

Ação 8. Gestão, acompanhamento e avaliação do projeto: pretende-se a constituição de uma equipa técnica responsável pela gestão, acompanhamento e avaliação do projeto;

Ação 9. Comunicação e disseminação do projeto: pretende-se com esta ação promover a implementação de iniciativas de comunicação e disseminação das atividades e resultados do projeto.

A ação 4 já se encontra em execução, devendo ficar concluída no primeiro semestre de 2018.

• **PROGRAMA DE APOIO À DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO E ABORDAGEM A MERCADOS PRIORITÁRIOS PARA OS RECURSOS ENDÓGENOS E PRODUTOS TURÍSTICOS DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES**

A competitividade da economia regional encontra-se dependente da sua capacidade de renovar o tecido económico e de fomentar a emergência de novas atividades económicas. O apoio ao empreendedorismo desempenha um papel muito relevante neste âmbito, mas apresenta resultados pouco expressivos no contexto regional (de acordo com o INE, a proporção de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia é de 1,49% na região Norte e de 0,55% na região das Terras de Trás-os-Montes em 2013).

Neste sentido, uma das diretrizes do Norte 2020, é que a região deve dispor de instrumentos adequados de suporte e fomento do empreendedorismo de forma a potenciar a dimensão económica, em particular, nos domínios da estratégia regional de especialização inteligente.

Face a este contexto, a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM TTM), juntamente com a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT) e a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (AMTFNT), propõem-se desenvolver um programa de promoção do espírito empresarial que visa a dinamização de iniciativas de deteção, estímulo e apoio ao empreendedorismo qualificado e criativo nas Terras

de Trás-os-Montes. Este projeto pretende ser complementar a iniciativas e atividades previstas ou já presentes no terreno, tendo como objetivo a criação de ações concertadas entre os agentes locais e regionais, com enfoque no território, nomeadamente, nas suas potencialidades e constrangimentos, dinamizando e potenciando as estruturas existentes, com vista ao reforço da competitividade e coesão regional.

A concretização deste objetivo envolve o desenvolvimento das seguintes ações:

Ação 1. Mapeamento e estruturação da oferta e procura de serviços de apoio ao empreendedorismo e desenvolvimento empresarial: pretende-se avaliar o contexto regional em matéria de serviços de apoio ao empreendedorismo e desenvolvimento empresarial e as necessidades reais dos empreendedores e empresários da região;

Ação 2. Prospecção estratégica e gestão de conhecimento: pretende-se conhecer os setores âncora para a economia regional, avaliar o seu potencial de desenvolvimento e inovação e identificar cadeias de valor potenciais com vista à densificação da base económica regional;

Ação 3. Análise de *benchmarking* internacional e local: pretende-se promover o conhecimento da realidade local e internacional como forma de estimular o empreendedorismo, a inovação e a criatividade na economia regional;

Ação 4. Plataforma regional de promoção do espírito empresarial @TTM: pretende-se criar uma plataforma regional de promoção do espírito empresarial, a disponibilizar online, que se afirme como ferramenta facilitadora do desenvolvimento económico da região;

Ação 5. Programa de dinamização da rede de apoio ao desenvolvimento empresarial: pretende-se promover uma cultura de empreendedorismo e capacitação organizacional das entidades, através da dinamização da rede regional de apoio ao desenvolvimento empresarial, de forma a otimizar o sistema de resposta, adequando-o às necessidades dos empreendedores e empresários das Terras de Trás-os-Montes;

Ação 6. Programa de sensibilização e capacitação dos empreendedores das TTM: pretende-se promover uma cultura de empreendedorismo e capacitação das empresas, investidores e empreendedores tendo em vista a criação de emprego e empresas na região;

Ação 7. Programa integrado de estímulo a ideias inovadoras: pretende-se promover o estímulo de ideias inovadoras através da aposta em iniciativas regulares de fomento de uma cultura de empreendedorismo, criatividade e iniciativa empresarial;

Ação 8. Gestão, acompanhamento e avaliação do projeto: pretende-se a constituição de uma equipa técnica responsável pela gestão, acompanhamento e avaliação do projeto;

Ação 9. Comunicação e disseminação do projeto: pretende-se com esta ação promover a implementação de iniciativas de comunicação e disseminação das atividades e resultados do projeto.

No âmbito desta operação foi desenvolvido um procedimento de contratação, sob a forma de concurso público, que engloba a execução da totalidade das ações. O procedimento foi objeto de contratação em 5 de dezembro de 2017 e apresenta um prazo de execução de 7 meses, encontrando-se atualmente em conclusão da primeira fase.

- **PROGRAMA DE APOIO À QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS ENDÓGENOS DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES**

O presente projeto enquadra-se no concurso para apresentação de candidaturas Aviso NORTE 53-2015-20, SIAC "Qualificação" (Intermunicipal), nos termos do Regulamento Específico do Domínio Competitividade e Internacionalização (RECI), mais concretamente na Prioridade de Investimento 3.3. Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.

De acordo com a Estratégia de Especialização Inteligente da Região Norte (RIS3), o território dispõe de uma riqueza assinalável de recursos e produtos endógenos que se podem constituir enquanto fatores de diferenciação da região. Pela diversidade e qualidade dos seus produtos endógenos, urge qualificar o tecido económico envolvido nos processos de produção, comercialização e promoção, capacitando-o para contribuir ativamente para o desenvolvimento da economia regional, lançando produtos inovadores e suprindo falhas de mercado.

Também a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) reforça a estruturação da oferta de

produtos endógenos e a melhoria dos instrumentos de valorização e promoção enquanto fatores essenciais à estratégia de desenvolvimento territorial da região.

Neste contexto, é importante uma abordagem territorial que permita um posicionamento assertivo das sub-regiões, com uma estratégia de qualificação do tecido económico que atue em setores chave intimamente relacionados com as perspetivas de desenvolvimento regional. O presente projeto tem este enquadramento e objetiva a criação de um programa de apoio à qualificação e valorização dos produtos endógenos de Trás-os-Montes, visando estruturar a oferta existente, promover a cooperação interempresarial, fomentar a inovação nos processos de produção e comercialização dos produtos endógenos, bem como reforçar a sua visibilidade externa. A concretização deste objetivo envolve as seguintes ações:

Ação 1. Análise das práticas associadas à produção e comercialização dos produtos endógenos de Trás-os-Montes: Diagnóstico das realidades atuais (nomeadamente ao nível da cooperação, inovação e promoção) associadas aos produtos endógenos de Trás-os-Montes;

Ação 2: Análise de benchmarking a nível nacional e internacional: Identificação e análise de um conjunto de boas práticas nacionais e internacionais associadas à qualificação e valorização de recursos endógenos enquanto fator para o desenvolvimento económico e/ou territorial;

Ação 3. Criação da unidade de qualificação e valorização dos produtos endógenos de Trás-os-Montes: Criação de uma unidade na estrutura orgânica da CIM-TTM focada na qualificação e valorização dos produtos endógenos de Trás-os-Montes;

Ação 4. Definição da estratégia de qualificação e valorização dos produtos endógenos de Trás-os-Montes: Conceptualização da estratégia de qualificação e valorização dos produtos endógenos, que inclui a definição de linhas de orientação estratégica e enquadramento operacional, com especial destaque para iniciativas e instrumentos a desenvolver;

Ação 5. Desenvolvimento de marca(s) agregadora(s) dos produtos endógenos de Trás-os-Montes: Criação de uma ou várias marcas agregadoras dos produtos endógenos de Trás-os-Montes, que contribuam para a homogeneização da apresentação dos vários produtos e para uma maior visibilidade e notoriedade;

Ação 6. Implementação da estratégia de qualificação e valorização dos produtos endógenos de Trás-os-Montes: Realização de operações de qualificação e valorização

dos produtos endógenos, alinhadas segundo a estratégia desenvolvida nas ações anteriores;

Ação 7. Gestão, acompanhamento e avaliação do projeto: Constituição de uma equipa de gestão técnica que terá como finalidade a regular execução das ações previstas no projeto, bem como a monitorização e avaliação dos resultados e impactos gerados.

Em suma, as ações propostas direcionam-se especificamente para a estruturação da oferta de produtos endógenos e identificação de linhas de ação para o fomento da inovação e da cooperação neste segmento económico, tendo em conta os atores intervenientes e o potencial para a criação de sinergias. Pretende-se também conhecer e analisar boas práticas de estratégias regionais de valorização e qualificação de produtos endógenos que inspirem as operações a desenvolver neste campo em Trás-os-Montes.

Este projeto é desenvolvido em copromoção entre a CIM-TTM (líder do projeto), a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT) e a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (AMTFNT).

No âmbito deste projeto foram desenvolvidas diversas ações de divulgação das Terras de Trás-os-Montes ao longo do ano 2017, através da presença na FITUR (Madrid), na BTL (Lisboa) e na Fête des Vendanges (Paris).

• **CARTA INTERMUNICIPAL DE DESPORTO DE NATUREZA DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES**

No âmbito do Aviso aberto pelo Norte 2020, para apresentação de candidaturas, a CIM candidatou uma operação designada “Carta Intermunicipal de Desporto de Natureza das Terras de Trás-os-Montes (CIDN TTM)”.

A CIDN TTM pretende ser um instrumento de ordenamento e planeamento dedicado às práticas desportivas em contacto com a Natureza que inaugura uma visão à escala intermunicipal desta problemática nas Terras de Trás-os-Montes, que a CIM TTM considera a mais adequada para cumprir dois objetivos centrais: 1) potenciar o crescimento destas



modalidades em termos de fluxos de praticantes e de realizações, de modo a promover o desenvolvimento turístico e económico e social em geral; e 2) promover valores de sustentabilidade e de responsabilidade entre os praticantes e as várias entidades envolvidas nestas práticas, de modo assegurar duravelmente a preservação dos ecossistemas e a valorização do património natural.

A CIDN TTM contempla, no âmbito do seu desenvolvimento metodológico, a realização de um conjunto de trabalhos de diagnóstico, de elaboração de propostas específicas com base descritiva e cartográfica e de formulação de recomendações para o desenvolvimento harmonioso das modalidades desportivas de natureza.

A CIDN TTM é precedida de um Estudo Prévio que pretende ser um momento 0 de validação de metodologias e de fontes de informação tendentes à elaboração das várias propostas específicas, em formato descritivo ou cartográfico (ocupação do solo, declives, exposição de vertentes, bacias de visão, modalidades desportivas e desporto de natureza da CIM-TTM).

Num primeiro momento, de diagnóstico, pretende-se:

- 1) a identificação e a localização das áreas com maior aptidão para a prática desportiva nas várias modalidades de desporto de natureza com potencial nas Terras de Trás-os-Montes;
- 2) o recenseamento das instalações desportivas e de infraestruturas relevantes, como sejam os acessos, os locais de estacionamento e algumas infraestruturas de qualificação da fruição desportiva na Natureza (parques de merendas, zonas de lazer e descanso, pontos de interesse paisagístico, praias fluviais, etc.);
- 3) e, igualmente, os equipamentos de suporte aos praticantes destas modalidades, como sejam o alojamento e a restauração, os postos de informação turística e os postos de combustível, entre outros que na elaboração do estudo deverão ser identificados.

Num momento de elaboração de propostas específicas, e tendo em conta: 1) o potencial dos territórios para as várias modalidades; e 2) a defesa e preservação dos ecossistemas mais sensíveis; a Carta deve referenciar os locais inseridos em meio natural mais propícios – e também aqueles que devem estar interditados/ condicionados – à prática desportiva.



No quadro de elaboração de propostas, deverá também ser elaborada cartografia específica de caracterização e utilização do solo, à escala de 1/25.000, com indicação de georreferenciação e baseada em programas e ferramentas de SIG.

Em suma, perspetivando-se a identificação de um elevado leque de atividades, urge:

- 1) Hierarquizar as mesmas em função do seu potencial / restrição de concretização;
- 2) Programá-las de acordo com as épocas mais adequadas à sua prática;
- 3) Estabelecer critérios e limites de fruição desportiva, face à capacidade de carga dos locais; e
- 4) Identificar todas as necessidades de sinalética, de infraestruturação “verde” e de homologação / certificação.

Esta candidatura encontra-se em execução, prevendo-se que seja entregue o primeiro relatório no final do primeiro quadrimestre de 2018.

• TRÁS-OS-MONTES NATURA

No âmbito do Aviso aberto pelo Norte 2020, para apresentação de candidaturas, a CIM candidatou uma operação designada “Trás-os-Montes Natura”. Com esta operação procura-se definir uma rede de locais de visitação por excelência, onde a probabilidade de observação de elementos de elevado valor ecológico, característicos da região e das a(s) área(s) classificada(s) onde se insere (espécies como veados, aves rupícolas, espécies florísticas raras de grande valor estético e conservacionista, bosques autóctones bem conservados e específicos desta região ou paisagens extraordinárias), é elevada.

Por forma a garantir a adequada seleção dos locais de visitação, a definição das melhores épocas, horários e condições para visitação, e simultaneamente preservar os pontos mais importantes para a conservação da biodiversidade e detetar potenciais ameaças, serão realizadas caraterizações atualizadas da biodiversidade das áreas de visitação, contribuindo deste modo para o aumento do conhecimento sobre a biodiversidade local e para a avaliação do seu atual estado de conservação.

No âmbito desta operação é proposto a definição de 9 elementos de elevado valor ecológico, associados a 9 percursos pedestres e 9 pontos de visitação (um por município). Todos os percursos e locais de visitação definidos encontram-se localizados em zonas classificadas. A definição destes locais específicos permitirá fornecer aos visitantes um local de referência para a interpretação da área classificada, tendo como ponto de partida uma espécie, habitat ou paisagem singulares, definidoras da área em questão.

A recolha desta informação servirá de base para a elaboração de conteúdos e implementação de um plano completo de comunicação capaz de alcançar públicos variados, nacionais e estrangeiros, bem como agentes turísticos interessados em trabalhar na região. Esta recolha será igualmente importante para a elaboração de um modelo de gestão com vista à conservação dos valores naturais identificados e manutenção das infraestruturas turísticas promovidas no âmbito da operação.

Serão desenvolvidos esforços no sentido de captar todos os potenciais públicos-alvo do turismo de natureza (turismo ecológico, touring e pedestrianismo em espaço natural e turismo de aventura), com particular ênfase para o público estrangeiro.

No âmbito desta operação, encontra-se em execução a atividade referente à "Caracterização Biofísica dos Trilhos e Pontos de Observação", ponto de partida crucial para o desenvolvimento do projeto.

• **INSTALAÇÃO DE PAINÉIS INFORMATIVOS DAS RADIAÇÕES IUV**

De acordo com a organização mundial de saúde, a incidência do cancro de pele, tanto melanoma como não melanoma, tem vindo a aumentar nas últimas décadas.

À medida que a camada de ozono vai sendo destruída, a atmosfera vai perdendo cada vez mais a sua capacidade de filtrar e as radiações UV atingem a superfície terrestre.

As consequências não são apenas ao nível da pele, mas também se fazem sentir ao nível da visão, sistema imunitário, alteração dos ciclos do sono, entre outras.

Neste sentido, torna-se imprescindível informar os cidadãos sobre a intensidade da radiação ultravioleta a cada instante, por forma a agirem em conformidade para uma melhor proteção.

Para o efeito foram adquiridas e instaladas nove unidades autónomas (monitores/indicadores), alimentadas através de painéis fotovoltaicos, que permitirão a monitorização e consulta dos índices de radiações ultravioleta. Estas unidades e painéis foram colocadas nos nove concelhos da CIM-TTM, permitindo informar a população residente e os turistas sobre a radiações IUV naquele momento e os seus perigos.

Estas unidades autónomas mantém-se em funcionamento, tendo o seu especial interesse na época do Verão, quando a população se expõe ao sol.

• OUTRAS ATIVIDADES

Ao nível da promoção do território das Terras de Trás-os-Montes e atendendo à importância do setor do turismo a CIM-TTM participou na “Expo Trás-os-Montes”, na FITUR – Feira Internacional de Turismo, em Madrid, na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, na Fête des Vendanges, em Paris.

O setor dos transportes assume também relevante importância, pelo que foi adjudicada a elaboração do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável [PAMUS]. Este plano visa promover as estratégias de baixo teor de carbono, nomeadamente, nas zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável. O Plano tem ainda como objetivo assumir-se como um documento de referência para o desenvolvimento dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano dos municípios da região. O plano será composto por uma caracterização e diagnóstico do território, identificação de cenários, objetivos e estratégia global para a mobilidade do território, sendo uma referência para as proposta de intervenção no âmbito do Portugal 2020. O plano será monitorizado e acompanhado, sendo a participação pública uma garantia da adesão dos agentes locais ao plano. O Plano está a ser preparado para dar resposta dar resposta ao convite dirigido aos municípios para apresentação dos respetivos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU). (Aviso EIDT-99-2015-03 - Portugal 2020), os quais pressupõem a integração das componentes dos Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) elaborados ao nível das NUTS III. Este processo ficou concluído

em 31 de março de 2016 com a entrega do Relatório Final e aprovação do quadro de investimentos.

Ainda no âmbito dos transportes, com a entrada em vigor da Lei n.º 50/2015, de 9 de junho, que aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros e revoga a Lei n.º 1/2009, de 5 de janeiro, e o Regulamento de Transportes em Automóveis (Decreto n.º 37272, de 31 de dezembro de 1948), a CIM-TTM é autoridade de transportes, para as carreiras intermunicipais, e recebeu a competência de alguns municípios da CIM que delegaram a responsabilidade de Autoridade de Transportes Municipais na CIM-TTM, nomeadamente, os municípios de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Miranda do Douro, Mogadouro, Vila Flor e Vimioso.

No dia 22 de março de 2018 foi assinado o contrato de prestação de serviços de assessoria técnica para a “Elaboração do Plano Operacional de Transportes Públicos das Terras de Trás-os-Montes”. Até 3 de dezembro de 2019, este Plano terá que estar implementado, cabendo à CIM-TTM desenvolver todos os estudos e procedimento de contratação necessários ao cumprimento da regulamentação em vigor.

A CIM-TTM integra a Comissão Permanente do Conselho Regional, que tem por missão acompanhar as atividades da CCDR-N e a execução dos programas operacionais de financiamento comunitário, pronunciando-se sobre os planos e programas de desenvolvimento regional.

4 – ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O orçamento da receita teve uma execução correspondente a 17,5% e a despesa apresentou uma execução correspondente a 16,9%. Poder-se-á dizer que apresenta um nível de execução muito baixo, comparativamente com os anos anteriores. A baixa execução deve-se ao facto de se ter iniciado várias contratações, para iniciar as operações que foram transcritas neste relatório, mas que não chegaram à formação do contrato, que apenas veio a ocorrer no início de 2018. Este atraso é justificado pelo facto de 2017 ter sido ano de eleições autárquicas, pelo que, entre meados de setembro até 16 de novembro a CIM encontrou-se apenas em gestão.

Após esta data, com a eleição do novo executivo, retomaram-se as contratações, embora a grande parte tenha sido contratada no início de 2018.

Outro facto que importa mencionar, foi o facto do concurso público para a "Aquisição de um Sistema de Vigilância" ter sido anulado, por nenhuma proposta responder às cláusulas do convite e caderno de encargos.

5 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A presente análise económica e financeira sintetiza os resultados obtidos pela CIM-TTM, bem como a sua situação patrimonial e financeira a 31 de Dezembro de 2017.

5.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As contas relativas ao exercício económico de 2017 foram encerradas tendo sido apurado um resultado líquido negativo de 122.689,97Euros, registando um decréscimo face ao ano anterior.

O Resultado Líquido é formado pelas seguintes componentes:

Designação	31.12.2016	31.12.2017
Resultados Operacionais	-224.458,18€	-294.593,07€
Resultados Financeiros	-102,80€	-354,60€
Resultados Correntes	-224.560,98€	-294.947,67€
Resultados Extraordinários	160.314,78€	172.257,10€
Resultado Líquido do Exercício	-64.246,20€	-122.689,97€

5.1.1. RESULTADOS OPERACIONAIS

Os Resultados Operacionais têm a seguinte composição:

Designação	31.12.2016	31.12.2017
Custos Operacionais		
Fornecimentos e Serviços Externos	355.793,81€	381.517,51€
Custos com Pessoal	142.407,13€	188.824,92€
Transferências e Subs. Concedidos	66.043,25€	101.135,07€
Amortizações	180.741,73€	197.269,86€
Outros custos e perdas operacionais		204,00€
Total Custos Operacionais	744.985,92€	868.851,36€
Proveitos Operacionais		
Vendas e Prestações de Serviços		
Impostos e taxas		
Transferências e Subsídios Obtidos	520.527,74€	574.358,29€
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais		
Total dos Proveitos Operacionais	520.547,28€	574.358,29€
RESULTADOS OPERACIONAIS	-224.458,18€	-294.593,07€

Da análise do quadro acima, verifica-se um decréscimo dos resultados operacionais, justificado pelo acréscimo do valor das amortizações. Este aumento é provocado pelo investimento efetuado em 2015, 2016 e 2017 no âmbito da execução da operação “Startup for Cooperation” e “Trás-os-Montes Conectada”. Quanto aos custos com pessoal, registou-se um aumento de cerca de 32%, justificado pelo acréscimo de técnicos superiores, que integraram o mapa de pessoal da CIM-TTM.

Ao longo de 2017, integraram o mapa de pessoal da CIM-TTM, na modalidade de mobilidade interna, um técnico superior de comunicação e um técnico superior para o sector dos transportes. Na modalidade de cedência de interesse público, integrou o mapa de pessoal um técnico superior (professor) para a gestão, acompanhamento e implementação do Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar.

Os fornecimentos e serviços externos registaram um ligeiro aumento, justificado por maior atividade da CIM-TTM.

Quanto às transferências e subsídios obtidos, o valor regista um ligeiro aumento, justificado pela execução das operações que a CIM tem em curso.

5.1.2. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros foram de -102,80 Euros, os quais têm a seguinte composição:

Designação	31.12.2016	31.12.2017
Proveitos Financeiros		
Proveitos e ganhos financeiros	19,54€	10,88€
Total de Proveitos Financeiros	19,54€	10,88€
Custos Financeiros		
Custos e Perdas Financeiras	122,34€	365,48€
Total dos Custos Financeiros	122,34€	-354,60€

Da análise do quadro acima regista-se uma diminuição dos resultados financeiros. Os custos financeiros apresentados respeitam à aquisição de livros de cheques para a CIM-TTM.

Quanto aos proveitos financeiros, no valor de 10,88€, resulta da remuneração do saldo médio da conta à ordem.

5.1.3. RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários correspondem ao valor do co-financiamento comunitário associado ao imobilizado. Este valor tem correspondência directa com as amortizações, isto é, à amortização corresponde um custo e ao co-financiamento das aquisições de imobilizado corresponde um proveito. Neste sentido, em correspondência direta com as amortizações, os resultados extraordinários registaram um aumento, tendo sido de 172.257,78 Euros.

5.2. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE TERCEIROS

A CIM-TTM a 31.12.2017 registava o valor de 20.000,04 Euros, correspondente à transferência

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA A TERCEIROS

Designação	31.12.2016	31.12.2017
Dívidas de Curto Prazo		
Empréstimos de curto prazo		
Fornecedores c/c	2.481,67€	37.348,87€
Fornecedores de imobilizado	8.573,10€	102.813,80€
Estado e outros entes públicos	3.378,38€	4.726,97€
Administração Autárquica	36.193,25€	81.135,03€
Total	50.626,40€	226.024,67€



Relativamente à dívida de terceiros, trata-se de valores que se encontravam em trânsito à data de 31.12.2017. No que respeita à dívida referente à Administração Autárquica, no valor de 81.135,03€ corresponde aos valores da assistência técnica prestada pelas Associações de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano e à Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, no âmbito do sistema de gestão e controlo.

INDICADORES DE GESTÃO

	31.12.2016	31.12.2017
Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Activo total líquido)	0,45	0,31
Solvabilidade (Total de fundos próprios / Total do Passivo)	0,82	0,45
Liquidez Geral (Existências + Disponibilidades + Dividas de Terceiros a c.p. /Passivo de c.p.)	0,42	0,91

Pela análise dos indicadores de gestão acima indicados pode concluir-se que a situação financeira da CIM-TTM é estável. A autonomia financeira que mede a solvabilidade da entidade através da determinação da proporção dos activos que são financiados com capital próprio apresenta um valor considerado aceitável. Quanto à solvabilidade e liquidez geral apesentam um valor elevado, pelo que a situação financeira da CIM-TTM é estável.

6 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Atendendo que o resultado líquido do exercício é negativo, não há lugar a proposta de aplicação de resultados.



Terras de
Trás-os-Montes
Comunidade Intermunicipal

**CONTAS
BALANÇO**

BALANÇO

ENTIDADE CIM-TTM

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

2017/01/01 a 2017/12/31

ANO 2017

PAG. 1

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N		N - 1	
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
451	Bens de domínio público				
452	Terrenos e recursos naturais				
453	Edifícios				
455	Outras construções e infra-estruturas				
459	Bens do património histórico, artístico e cultural				
445	Outros bens de domínio público				
446	Imobilizações em curso				
	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	27.675,00	27.675,00		9.225,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	105.508,37	65.388,58	40.119,79	56.133,23
433	Propriedade industrial e outros direitos	33.258,71		33.258,71	
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	166.442,08	93.063,58	73.378,50	65.358,23
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais				
422	Edifícios e outras construções				
423	Equipamento básico				
424	Equipamento de transporte				
425	Ferramentas e utensílios				
426	Equipamento administrativo	488.869,55	302.011,33	186.858,22	274.540,16
427	Taras e vasilhame	44.335,35	17.734,14	26.601,21	35.468,28
429	Outras imobilizações corpóreas				
442	Imobilizações em curso				
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	533.204,90	319.745,47	213.459,43	310.008,44
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital				
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras	151,28		151,28	
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
	151,28		151,28		
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				

ENTIDADE CIM-TTM

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N		N - 1	
		AB	A/P	AL	AL
211	Clientes c/c				
212	Contribuintes c/c				
213	Utentes c/c				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa				
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
264	Administração autárquica				
262+263+266+267	Outros devedores				
+268+269+2612?					
	Títulos negociáveis:				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depositos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depositos em instituições financeiras	204.963,78		204.963,78	148.326,78
11	Caixa	272,75		272,75	272,71
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	180.404,51		180.404,51	218.174,59
272	Custos diferidos	21.608,03		21.608,03	653,91
	Total de amortizações	202.012,54		202.012,54	218.828,50
	Total de provisões.....		412.809,05		
	Total do activo	1.107.047,33	412.809,05	694.238,28	742.794,66

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
	Fundos próprios:		
51	Património	83.761,29	83.761,29
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	20.665,29	20.665,29
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
59	Resultados transitados	233.536,82	295.198,14
88	Resultado líquido em exercício	-122.689,97	-64.246,20
		215.273,43	335.378,52
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos		
	Dividas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
23.1.2	Empréstimo de médio e longo prazo		
22.3	Fornecedores c/c, mlp		
2617	Fornecedores Imobilizado - contratos futuros		
26887	Credores diversos - contratos futuros		
	Dividas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas	37.348,87	2.481,67
221	Fornecedores c/c		
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	102.813,80	8.573,10
24	Estado e outros entes públicos	4.726,97	3.378,38
264	Administração autárquica	81.135,03	36.193,25
		226.024,67	50.626,40
262+263+266a269+2	Outros credores		
217	Clientes e Utentes Com Cauções		489,74
			489,74
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	31.837,49	24.945,85
274	Proveitos diferidos	221.592,43	331.354,15
		253.429,92	356.300,00
	Total do passivo	479.454,59	407.416,14
	Total dos fundos próprios e do passivo	694.728,02	742.794,66

ORGÃO EXECUTIVO

Em 11 de Abril de 2018
Xelby

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

Geral Júnior



**DEMONSTRAÇÃO DE
RESULTADOS**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ENTIDADE

CIM-TTM

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

2017/01/01 a 2017/12/31

ANO 2017

PÁG. 1

Código de Contas		Exercício	
		N	N - 1
61	Custos e perdas		
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias		
	Matérias		
62	Fornecimentos e serviços externos:	381.517,51	355.793,81
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	152.951,78	115.124,66
643 a 648	Encargos sociais	35.873,14	27.282,47
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	188.824,92	142.407,13
66	Amortizações do exercício	101.135,07	66.043,25
67	Provisões do exercício	197.269,86	180.741,73
65	Outros custos operacionais	204,00	
	(A)	868.951,36	744.985,92
68	Custos e perdas financeiros	365,48	122,34
	(C)	869.316,84	745.108,26
69	Custos e perdas extraordinários		
	(E)	869.316,84	745.108,26
80	Resultado líquido do exercício.....	-122.689,97	-64.246,20
	(X)	746.626,87	680.862,06
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
7111	Venda de mercadorias		
7112+7113	Venda de produtos		
712	Prestações de serviços		
72	Impostos e taxas		
(a)	Variação da produção		
75	Trabalhos para a própria entidade		
73	Proveitos suplementares		
74	Transferências e subsídios obtidos	574.358,29	520.527,74
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		
	(B)	574.358,29	520.527,74
78	Proveitos e ganhos financeiros	10,88	19,54
	(D)	574.369,17	520.547,28
79	Proveitos extraordinários	172.257,70	160.314,78
	(E)	746.626,87	680.862,06
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	-294.593,07	-224.458,18
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-354,60	-102,80
	Resultados Correntes: (D - C)	-294.947,67	-224.560,98
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)	-122.689,97	-64.246,20

ORGÃO EXECUTIVO

Em 11 de Abri de 2018
José

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

Geraldo

**MAPA DE CONTROLO ORÇAMENTAL
RECEITA E DA DESPESA**

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DIFERENÇAS	GRAU DE EXECUÇÃO			
			CORRIGIDAS	EXERCÍCIO	EXERCÍCIOS FUTUROS	TOTAL	DESPESA PAGA	NÃO COMPROMETIDA	SALDO	COMPROMISSOS POR PAGAR
CÓDIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 3 - 4)	(9 = 3 - 7)	(10 = 4 - 7)	(11) a)
01	ADMINISTRAÇÃO	3.905.000,00	1.154.543,61		1.154.543,61	628.217,26	2.750.456,39	3.276.782,74	526.326,35	16,09
0101	ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL	14.500,00	5.494,99		5.494,99	5.494,99	9.005,01	9.005,01	9.005,01	37,90
01	DESPESSAS COM O PESSOAL	7.500,00	3.142,11		3.142,11	3.142,11	4.357,89	4.357,89	4.357,89	41,89
0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	7.500,00	3.142,11		3.142,11	3.142,11	4.357,89	4.357,89	4.357,89	41,89
010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	7.500,00	3.142,11		3.142,11	3.142,11	4.357,89	4.357,89	4.357,89	41,89
01021302	OUTROS	7.500,00	3.142,11		3.142,11	3.142,11	4.357,89	4.357,89	4.357,89	41,89
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	7.000,00	2.352,88		2.352,88	2.352,88	4.647,12	4.647,12	4.647,12	33,61
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	7.000,00	2.352,88		2.352,88	2.352,88	4.647,12	4.647,12	4.647,12	33,61
020213	DESLOCACÕES E ESTADAS	7.000,00	2.352,88		2.352,88	2.352,88	4.647,12	4.647,12	4.647,12	33,61
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL	3.890.500,00	1.149.048,62		1.149.048,62	622.722,27	2.741.451,38	3.267.777,73	526.326,35	16,01
01	DESPESSAS COM O PESSOAL	251.352,50	176.981,93		176.981,93	174.633,95	74.370,57	76.718,55	2.347,98	69,40
0101	RENDIMENTAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	192.492,50	139.333,70		139.333,70	138.515,20	53.158,80	53.977,30	818,50	71,96
010102	ÓRGÃOS SOCIAIS	74.172,00	74.166,04		74.166,04	74.166,04	5,16	5,16	5,16	99,99
010103	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA	18.649,50	15.074,08		15.074,08	15.074,08	3.575,42	3.575,42	3.575,42	80,83
01010304	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	18.649,50	15.074,08		15.074,08	15.074,08	3.575,42	3.575,42	3.575,42	80,83
010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	12.500,00	10.693,17		10.693,17	10.292,67	1.806,83	2.207,33	400,50	82,30
01010404	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	12.500,00	10.693,17		10.693,17	10.292,67	1.806,83	2.207,33	400,50	82,30
010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMOS	33.766,00					33.766,00	33.766,00		
01010604	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	33.766,00					33.766,00	33.766,00		
010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	5,00					5,00	5,00		
010111	REPRESENTAÇÃO	18.960,00	18.953,76		18.953,76	18.953,76	6,24	6,24		99,97
010113	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	7.660,00	3.889,18		3.889,18	3.814,42	3.770,82	3.845,58	74,76	49,88
010114	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	26.780,00	16.556,67		16.556,67	16.213,43	10.223,33	10.566,57	343,24	60,54
0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	6.100,00	2.831,21		2.831,21	2.831,21	3.268,79	3.268,79		46,41
010202	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
010204	AJUDAS DE CUSTO	5.000,00	2.831,21		2.831,21	2.831,21	2.168,79	2.168,79		56,62
010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	50,00					50,00	50,00		
01021302	OUTROS	50,00					50,00	50,00		
010214	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	50,00					50,00	50,00		
0103	SEGURANÇA SOCIAL	52.760,00	34.817,02		34.817,02	33.287,54	17.942,98	19.472,46	1.529,48	63,09
010301	ENCARGOS COM A SAÚDE	50,00					50,00	50,00		
010303	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	50,00					50,00	50,00		
010304	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	50,00					50,00	50,00		
010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	49.500,00	32.995,79		32.995,79	31.466,31	16.504,21	18.033,69	1.529,48	63,57
01030501	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (ADSE)	1.000,00	367,98		367,98	367,98	632,02	632,02		36,80
01030502	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCFP)	40.500,00	32.627,81		32.627,81	31.098,33	15.872,19	17.401,67	1.529,48	64,12
0103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	20.600,00	15.699,35		15.699,35	15.699,35	4.900,65	4.900,65		76,21
0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	27.900,00	16.928,46		16.928,46	15.398,98	10.971,54	12.501,02	1.529,48	55,19
010309	SEGUROS	3.100,00	1.821,23		1.821,23	1.821,23	1.278,77	1.278,77		58,75
01030901	SEGURTO DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	3.000,00	1.821,23		1.821,23	1.821,23	1.178,77	1.178,77		60,71
01030902	SEGUROS DE SAÚDE	100,00					100,00	100,00		
010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	10,00					10,00	10,00		
01031099	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	10,00					10,00	10,00		
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.268.100,00	587.447,75		587.447,75	367.179,17	680.652,25	900.920,83	220.268,58	28,96
0201	AQUISIÇÃO DE BIENS	36.350,00	12.476,15		12.476,15	7.072,50	23.871,85	28.477,50	4.605,65	21,66
020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	4.250,00	2.849,58		2.849,58	2.849,58	1.400,42	1.400,42		67,05
02010202	GASÓLEO	4.250,00	2.849,58		2.849,58	2.849,58	1.400,42	1.400,42		67,05
020104	LIMPEZA E HIGIENE	100,00					100,00	100,00		
020107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	850,00					850,00	850,00		
020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	1.300,00	1.067,33		1.067,33	1.067,33	232,67	232,67		82,18
020112	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS	1.250,00	546,54		546,54	546,54	703,46	703,46		43,72
020115	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	2.000,00					2.000,00	2.000,00		
020118	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	600,00					600,00	600,00		
020121	OUTROS BENS	26.000,00	8.014,70		8.014,70	3.409,05	17.985,30	22.590,95	4.605,65	13,11
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	1.231.750,00	574.969,60		574.969,60	359.306,67	656.700,40	872.443,33	215.662,93	29,17
020209	COMUNICAÇÕES	4.500,00	3.913,67		3.913,67	3.913,67	586,33	586,33		86,97

CÓDIGO (1)	CLASSIFICAÇÃO (2)	CORRIGIDAS (3)	COMPROVATÓRIOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA (7)	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11) a)
			EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)		DESPESA PAGA (8 = 3 - 4)	SALDO (9 = 3 - 7)	COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7)	
020210	TRANSPORTES	7.500,00	1.420,10		1.420,10	1.420,10	6.079,90	6.079,90		18,93
020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	80.000,00	67.123,10		67.123,10	46.828,10	12.876,90	33.171,90	20.295,00	58,54
020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	35.000,00	16.539,40		16.539,40	16.539,40	18.460,60	18.460,60		47,26
020214	ESTUDOS, PESQUISAS, PROJETOS E CONSULTADORIA	855.000,00	253.380,00		253.380,00	70.528,20	601.620,00	784.471,80	182.051,80	8,25
02021401	ASSESSORIA CONCURSO CONCESSÃO CARREIRAS	92.500,00					92.500,00	92.500,00		
02021402	SISTEMA DE APOIO ÀS AÇÕES COLETIVAS (SAAC)	367.500,00	116.542,50		116.542,50	13.948,20	250.957,50	353.551,80	102.594,30	3,80
02021403	PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR	240.000,00	56.580,00		56.580,00	56.580,00	183.420,00	183.420,00		23,57
02021499	OUTROS	155.000,00	80.257,50		80.257,50		74.742,50	155.000,00	80.257,50	
020215	FORMAÇÃO	1.000,00	540,00		540,00	270,00	460,00	730,00	270,00	27,00
020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	24.000,00	22.970,25		22.970,25	22.970,25	1.029,75	1.029,75		95,71
020217	PUBLICIDADE	122.450,00	117.411,57		117.411,57	115.841,84	5.038,43	6.608,16	1.569,73	94,60
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	79.800,00	74.669,18		74.669,18	69.335,28	5.130,82	10.464,72	5.333,90	86,89
02022001	ORGANIZAÇÃO DO BTL	54.800,00	49.679,70		49.679,70	49.679,70	5.120,30	5.120,30		90,66
02022099	OUTROS	25.000,00	24.989,48		24.989,48	19.655,58	10,52	5.344,42	5.333,90	78,62
020225	OUTROS SERVIÇOS	22.500,00	17.002,33		17.002,33	11.659,83	5.497,67	10.840,17	5.342,50	51,82
02022502	OUTROS SERVIÇOS - OUTROS	22.500,00	17.002,33		17.002,33	11.659,83	5.497,67	10.840,17	5.342,50	51,82
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	3.150,00					3.150,00	3.150,00		
0303	JUROS DE LOCADA FINANCEIRA	3.150,00					3.150,00	3.150,00		
030305	MATERIAL DE TRANSPORTE	3.000,00					3.000,00	3.000,00		
030306	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	150,00					150,00	150,00		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	170.005,00	167.178,32		167.178,32	66.043,25	2.826,68	103.961,75	101.135,07	38,85
0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	170.005,00	167.178,32		167.178,32	66.043,25	2.826,68	103.961,75	101.135,07	38,85
040501	CONTINENTE	170.005,00	167.178,32		167.178,32	66.043,25	2.826,68	103.961,75	101.135,07	38,85
04050104	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	170.005,00	167.178,32		167.178,32	66.043,25	2.826,68	103.961,75	101.135,07	38,85
0405010402	AMTQF	119.000,00	118.928,10		118.928,10	47.684,36	71,90	71.315,64	71.243,74	40,07
0405010403	AMTF	51.000,00	48.250,22		48.250,22	18.358,89	2.149,78	32.641,11	29.891,33	36,00
0405010499	OUTRAS ASSOCIAÇÕES	5,00					5,00	5,00		
05	SUBSÍDIOS	100,00					100,00	100,00		
0501	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	100,00					100,00	100,00		
050103	PRIVADAS	100,00					100,00	100,00		
05010301	AGÊNCIA DE ENERGIA TRÁS-OS-MONTES - (AE-TM)	100,00					100,00	100,00		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	750,00	365,48		365,48	365,48	384,52	384,52		48,73
0602	DIVERSAS	750,00	365,48		365,48	365,48	384,52	384,52		48,73
060203	OUTRAS	750,00	365,48		365,48	365,48	384,52	384,52		48,73
06020304	SERVIÇOS BANCÁRIOS	500,00	365,48		365,48	365,48	134,52	134,52		73,10
06020305	OUTRAS	250,00					250,00	250,00		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	2.197.042,50	217.075,14		217.075,14	14.500,42	1.979.967,36	2.182.542,08	202.574,72	0,66
0701	INVESTIMENTOS	2.190.542,50	217.075,14		217.075,14	14.500,42	1.973.467,36	2.176.042,08	202.574,72	0,66
070103	EDIFÍCIOS									
07010301	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS									
070106	MATERIAL DE TRANSPORTE	410.103,84					410.103,84	410.103,84		
07010602	Aquisição de Viaturas Comerciais para Adaptação a Balcões Móveis	410.103,84					410.103,84	410.103,84		
070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	1.090.732,56	46.910,79		46.910,79		1.043.821,77	1.090.732,56	46.910,79	
07010701	PLATAFORMA TRÁS-OS-MONTES CONECTADO	377.857,50	39.974,82		39.974,82		337.882,68	377.857,50	39.374,82	
07010702	ALARGAMENTO DA REDE WI-FI	256.025,00					256.025,00	256.025,00		
07010703	CLOUD TTM	250.000,00					250.000,00	250.000,00		
07010704	SMART REGION TRÁS-OS-MONTES	70.000,00					70.000,00	70.000,00		
07010707	BALCÃO MÓVEL - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO EQUIPAMENTOS	129.896,16					129.896,16	129.896,16		
07010799	OUTROS	6.953,90	6.935,97		6.935,97		17,93	6.953,90	6.935,97	
070108	SOFTWARE INFORMÁTICO	538.610,00	157.068,54		157.068,54	6.027,00	381.541,46	532.583,00	151.041,54	1,12
07010801	PLATAFORMA TRÁS-OS-MONTES CONECTADO	416.310,00	151.041,54		151.041,54		265.268,46	416.310,00	151.041,54	
07010802	ALARGAMENTO DA REDE WI-FI									
07010803	CLOUD TTM									
07010804	SMART REGION TRÁS-OS-MONTES	100.000,00					100.000,00	100.000,00		
07010899	OUTRO	22.300,00	6.027,00		6.027,00	6.027,00	16.273,00	16.273,00		27,03
070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	11.250,00	10.549,71		10.549,71	8.473,42	700,29	2.776,58	2.076,29	75,32
070113	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS	2.000,00					2.000,00	2.000,00		
07011301	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS-GERAL	2.000,00					2.000,00	2.000,00		
070115	OUTROS INVESTIMENTOS	137.846,10	2.546,10		2.546,10		135.300,00	137.846,10	2.546,10	
07011501	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE VIGILÂNCIA E APOIO A DECISÃO OPERACIONAL	137.846,10	2.546,10		2.546,10		135.300,00	137.846,10	2.546,10	
0702	LOCADA FINANCEIRA	6.500,00					6.500,00	6.500,00		

ENTIDADE CIM-ITM

Cim Das Ferras de Trás - Os - Montes

Periodo: 2017/01/01 a 2017/12/31

ANO 2017

PAG. 3

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES CORRIGIDAS (3)	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPEZA PAGA (7)	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11) a)
			EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)		DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 = 3 - 4)	SALDO (9 = 3 - 7)	COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7)	
070205	MATERIAL DE TRANSPORTE- LOCAÇÃO FINANCEIRA	6.500,00					6.500,00	6.500,00		
	TOTAL	3.905.000,00	1.154.543,61		1.154.543,61	628.217,26	2.750.456,39	3.276.782,74	526.326,35	16.09

(a) $(11 = 7 / 3 * 100)$

Em 11 de Abril de 2018
Assinado por:

En _____ de _____ de _____
Assinado por:

Carlo Faro

ENTIDADE CIM-TTM

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

Periodo: 2017/01/01 a 2017/12/31

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES			RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU EXEC FINAN DAS REC.
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	(3)	(4)	(5)	(6)	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	EMITIDOS	PAGOS	(10 = 7-9)	(11=4+5-6-7)	(12)
	RECEITAS CORRENTES	1.711.307,50		674.635,23		654.635,19			654.635,19	20.000,04	38.3
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	130,00									
0402	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	130,00									
040201	JUROS DE MORA	100,00									
040299	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	30,00									
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2.000,00		10,88		10,88			10,88		0.5
0502	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	2.000,00		10,88		10,88			10,88		0.5
050201	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	2.000,00		10,88		10,88			10,88		0.5
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.709.062,50		674.512,12		654.512,08			654.512,08	20.000,04	38.3
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.545.556,50		515.512,34		515.512,34			515.512,34		33.4
060301	ESTADO	312.069,00		311.935,00		311.935,00			311.935,00		100.0
06030199	OUTRAS	312.069,00		311.935,00		311.935,00			311.935,00		100.0
0603019901	DGAL	312.064,00		311.935,00		311.935,00			311.935,00		100.0
0603019902	OUTRAS	5,00									
060306	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	1.233.487,50		203.577,34		203.577,34			203.577,34		16.5
06030601	FEDER (CORRENTE)	808.487,50		203.577,34		203.577,34			203.577,34		25.2
06030602	FSE (CORRENTE)	425.000,00									
0605	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	163.506,00		158.999,78		138.999,74			138.999,74	20.000,04	85.0
060501	CONTINENTE	163.506,00		158.999,78		138.999,74			138.999,74	20.000,04	85.0
06050101	MUNICÍPIOS	163.500,00		158.999,78		138.999,74			138.999,74	20.000,04	85.0
0605010101	MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ	12.000,00		12.000,00		12.000,00			12.000,00		100.0
0605010102	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	31.000,00		30.999,96		30.999,96			30.999,96		100.0
0605010103	MUNICIPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	20.000,00		20.000,04						20.000,04	
0605010104	MUNICIPIO DE MIRANDA DO DOURO	14.000,00		14.000,04		14.000,04			14.000,04		100.0
0605010105	MUNICIPIO DE MIRANDELA	22.000,00		21.999,96		21.999,96			21.999,96		100.0
0605010106	MUNICIPIO DE MOGADOURO	17.500,00		17.499,86		17.499,86			17.499,86		100.0
0605010107	MUNICIPIO DE VILA FLOR	12.000,00		12.000,00		12.000,00			12.000,00		100.0
0605010108	MUNICIPIO DE VIMIOSO	13.000,00		12.999,96		12.999,96			12.999,96		100.0
0605010109	MUNICIPIO DE VINHAIS	22.000,00		17.499,96		17.499,96			17.499,96		79.5
06050102	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	6,00									
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	115,00		112,23		112,23			112,23		97.6
0801	OUTRAS	115,00		112,23		112,23			112,23		97.6
080199	OUTRAS	115,00		112,23		112,23			112,23		97.6
08019999	DIVERSAS	115,00		112,23		112,23			112,23		97.6
	RECEITAS DE CAPITAL	2.193.692,50		29.850,00		29.850,00			29.850,00		1.4
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.193.692,50		29.850,00		29.850,00			29.850,00		1.4
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.822.145,50									
100307	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	1.822.145,50									
10030701	FEDER (CAPITAL)	1.822.145,50									
1005	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	371.547,00		29.850,00		29.850,00			29.850,00		8.0
100501	CONTINENTE	371.547,00		29.850,00		29.850,00			29.850,00		8.0
10050101	MUNICÍPIOS	371.547,00		29.850,00		29.850,00			29.850,00		8.0
1005010101	MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ	26.996,00		9.950,00		9.950,00			9.950,00		36.9
1005010102	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	67.951,00									
1005010103	MUNICIPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	48.397,00									
1005010104	MUNICIPIO DE MIRANDA DO DOURO	32.921,00									
1005010105	MUNICIPIO DE MIRANDELA	51.611,00		9.950,00		9.950,00			9.950,00		19.3
1005010106	MUNICIPIO DE MOGADOURO	43.059,00									
1005010107	MUNICIPIO DE VILA FLOR	27.432,00		9.950,00		9.950,00			9.950,00		36.3

(a) (12 = 10 /3 * 100)

ENTIDADE		CIM-TTM	Cim Das Terras de Trás - Os - Montes					Periodo: 2017/01/01 a 2017/12/31			
CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	PREVISÕES CORRIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	GRAU EXEC. FINAN.	
							EMITIDOS	PAGOS	(10 = 7-9)	(11=4+5-6-7)	(12)a
1005010108	MUNICÍPIO DE VIMIOSO	29.568,00									
1005010109	MUNICÍPIO DE VINHAIS	43.612,00									
	OUTRAS RECEITAS										
	TOTAL	3.905.000,00	29.850,00	674.635,23		684.485,19			684.485,19	20.000,04	17,5

(a) $(12 = 10 / 3 * 100)$

Em M de Abril de 2018
flury

Em _____ de _____ de _____

Carbofor :-



Terras de
Trás-os-Montes
Comunidade Intermunicipal

CIM-TTM

FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE CIM-TTM
PERÍODO 2017/01/01 A 2017/12/31

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

ANO 2017
Pág. 1

RECEBIMENTOS

SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		148.599,49
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	144.731,37	
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	3.868,12	
RECEITAS ORÇAMENTAIS		684.485,19
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE 10,88		
0502 JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS 10,88		
050201 BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS 10,88		
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 654.512,08		
0603 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL 515.512,34		
060301 ESTADO 311.935,00		
06030199 OUTRAS 311.935,00		
0603019901 DGAL 311.935,00		
060306 ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS 203.577,34		
06030601 FEDER (CORRENTE) 203.577,34		
0605 ADMINISTRAÇÃO LOCAL 138.999,74		
060501 CONTINENTE 138.999,74		
06050101 MUNICÍPIOS 138.999,74		
0605010101 MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ 12.000,00		
0605010102 MUNICIPIO DE BRAGANÇA 30.999,96		
0605010104 MUNICIPIO DE MIRANDA DO DOURO 14.000,04		
0605010105 MUNICIPIO DE MIRANDELA 21.999,96		
0605010106 MUNICIPIO DE MOGADOURO 17.499,86		
0605010107 MUNICIPIO DE VILA FLOR 12.000,00		
0605010108 MUNICIPIO DE VIMIOSO 12.999,96		
0605010109 MUNICIPIO DE VINHAIS 17.499,96		
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES 112,23		
0801 OUTRAS 112,23		
080199 OUTRAS 112,23		
08019999 DIVERSAS 112,23		
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 29.850,00		
1005 ADMINISTRAÇÃO LOCAL 29.850,00		
100501 CONTINENTE 29.850,00		
10050101 MUNICÍPIOS 29.850,00		
1005010101 MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ 9.950,00		
1005010105 MUNICIPIO DE MIRANDELA 9.950,00		
1005010107 MUNICIPIO DE VILA FLOR 9.950,00		
TOTAL DAS RECEITA CORRENTES.....	654.635,19	
TOTAL DAS RECEITA DE CAPITAL.....	29.850,00	
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS		
OPERAÇÕES DE TESOURARIA.....		51.944,29
TOTAL		885.028,97

PAGAMENTOS

DESPESAS ORÇAMENTAIS		628.217,26
01 ADMINISTRAÇÃO 628.217,26		
0101 ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL 5.494,99		
0101 01 DESPESAS COM O PESSOAL 3.142,11		
0101 0102 ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS 3.142,11		
0101 010213 OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS 3.142,11		
0101 01021302 OUTROS 3.142,11		
0101 02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS 2.352,88		
0101 0202 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS 2.352,88		
0101 020213 DESLOCAÇÕES E ESTADAS 2.352,88		
0102 CONSELHO INTERMUNICIPAL 622.722,27		
0102 01 DESPESAS COM O PESSOAL 174.633,95		
0102 0101 REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES 138.515,20		
0102 010102 ÓRGÃOS SOCIAIS 74.166,84		
0102 010103 PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA 15.074,08		
0102 010104 RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABA 15.074,08		
0102 010104 PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUA 10.292,67		

ENTIDADE CIM-TTM
PERÍODO 2017/01/01 A 2017/12/31

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

ANO 2017
Pág. 2

PAGAMENTOS

0102	01010404	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABA		10.292,67
0102	010111	REPRESENTAÇÃO		18.953,76
0102	010113	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		3.814,42
0102	010114	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL		16.213,43
0102	0102	ABONOS VARIAVEIS OU EVENTUAIS		2.831,21
0102	010204	AJUDAS DE CUSTO		2.831,21
0102	0103	SEGURANÇA SOCIAL		33.287,54
0102	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		31.466,31
0102	01030501	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (A		367,98
0102	01030502	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO		31.098,33
0102	0103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		15.699,35
0102	0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		15.398,98
0102	010309	SEGUROS		1.821,23
0102	01030901	SEGURO DE ACIDENTES NO TRABALEO E DOENÇAS PROFISSI		1.821,23
0102	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		367.179,17
0102	0201	AQUISIÇÃO DE BENS		7.872,50
0102	020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		2.849,58
0102	02010202	GASÓLEO		2.849,58
0102	020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		1.067,33
0102	020112	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		546,54
0102	020121	OUTROS BENS		3.409,05
0102	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		359.306,67
0102	020209	COMUNICAÇÕES		3.913,67
0102	020210	TRANSPORTES		1.420,10
0102	020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		46.828,10
0102	020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		16.539,40
0102	020214	ESTUDOS, PARCERIAS, PROJECTOS E CONSULTADORIA		70.528,20
0102	02021402	SISTEMA DE APOIO ÀS AÇÕES COLETIVAS (SAAC)		13.948,20
0102	02021403	PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR		56.580,00
0102	020215	FORMAÇÃO		270,00
0102	020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		22.970,25
0102	020217	PUBLICIDADE		115.841,84
0102	020220	OUTROS TRABALEOS ESPECIALIZADOS		69.335,28
0102	02022001	ORGANIZAÇÃO DO BTL		49.679,70
0102	02022099	OUTROS		19.655,58
0102	020225	OUTROS SERVIÇOS		11.659,83
0102	02022502	OUTROS SERVIÇOS - OUTROS		11.659,83
0102	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		66.043,25
0102	0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		66.043,25
0102	040501	CONTINENTE		66.043,25
0102	04050104	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS		66.043,25
0102	0405010402	AMTQT		47.684,36
0102	0405010403	AMTFNT		18.358,89
0102	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		365,48
0102	0602	DIVERSAS		365,48
0102	060203	OUTRAS		365,48
0102	06020304	SERVIÇOS BANCÁRIOS		365,48
0102	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		14.500,42
0102	0701	INVESTIMENTOS		14.500,42
0102	070108	SOFTWARE INFORMÁTICO		6.027,00
0102	07010899	OUTRO		6.027,00
0102	070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		8.473,42
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES				613.716,84
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL				14.500,42
OPERAÇÕES DE TESOURARIA				51.575,18
SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE				205.236,53
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL				200.999,30
OPERAÇÕES DE TESOURARIA				4.237,23
TOTAL				885.028,97

FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE CIM-TTM
PERÍODO 2017/01/01 A 2017/12/31

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

ANO 2017
Pág. 3

ORGÃO EXECUTIVO
Em <u>11</u> de <u>Abri</u> de <u>2018</u>
<u>flury</u>

ORGÃO DELIBERATIVO
Em _____ de _____ de _____

Carbónio

flury

*vel. J.
PL
M
J
G
T*

OPERAÇÕES DE TESOURARIA

OPERACÕES DE TESOURARIA

95/100

ENTIDADE CIM-TTM		Período: 2017/01/01 a 2017/12/31			DATA 2018/04/09	ANO 2017	PÁGINA 1
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE
			DEVEDOR	CREDOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR
24		ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS			3.378,38	50.595,70	51.944,29
24.2		Retenção de Impostos s/ Rendimentos			2.380,00	33.721,53	34.413,53
24.2.1		Trabalho Dependente			2.291,00	32.710,00	33.491,00
24.2.2		Trabalho Independente				76,53	76,53
24.2.6		Sobretaxa Extraordinária de IRS			89,00	935,00	846,00
24.5		Contribuições para a Segurança Social			998,38	16.074,17	17.530,76
24.5.1		Caixa Geral de Aposentações			522,52	7.221,27	7.463,09
24.5.1.1		Caixa Geral Aposentações - «Descontos de Pessoal»			522,52	7.221,27	7.463,09
24.5.2		ADSE			130,18	2.545,81	2.705,72
24.5.2.1		A.D.S.E. - «Descontos de Pessoal»			130,18	2.545,81	2.705,72
24.5.3		Instituto Gestão Financeira Segurança Social			345,68	7.057,09	7.361,95
24.5.3.1		IGFSS - «Descontos Pessoal»			345,68	7.057,09	7.361,95
26		OUTROS DEVEDORES E CREDORES			489,74	979,48	489,74
26.1		Fornecedores de Imobilizado			489,74	979,48	489,74
26.1.2		Fornecedores de Imobilizado com Garantias			489,74	979,48	489,74
26.1.2.1		Fornecedores com Garantias			489,74	979,48	489,74
6		Geoatributo Consultadoria E Informação Para Planeamento E Ordenamento Território			489,74	489,74	
125		Eurofiresafe-importação E Exportação de Equipamentos de Segurança, lda				489,74	489,74
TOTAL ...					3.868,12	51.575,18	51.944,29
							4.237,23

Em 11 de Abril de 2018
Assinatura

Em _____ de _____ de _____

Assinatura



**Terras de
Trás-os-Montes**
Comunidade Intermunicipal

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

8.1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1. IDENTIFICAÇÃO

A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, adiante designada por CIM-TTM, é uma pessoa colectiva de direito público, de natureza associativa e âmbito territorial, com N.I.P.C. 510 957 544, com sede na Rua Visconde da Bouça, apartado 238, 5300-318 Bragança.

A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes foi constituída em 29 de outubro de 2013 e é composta pelos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais.

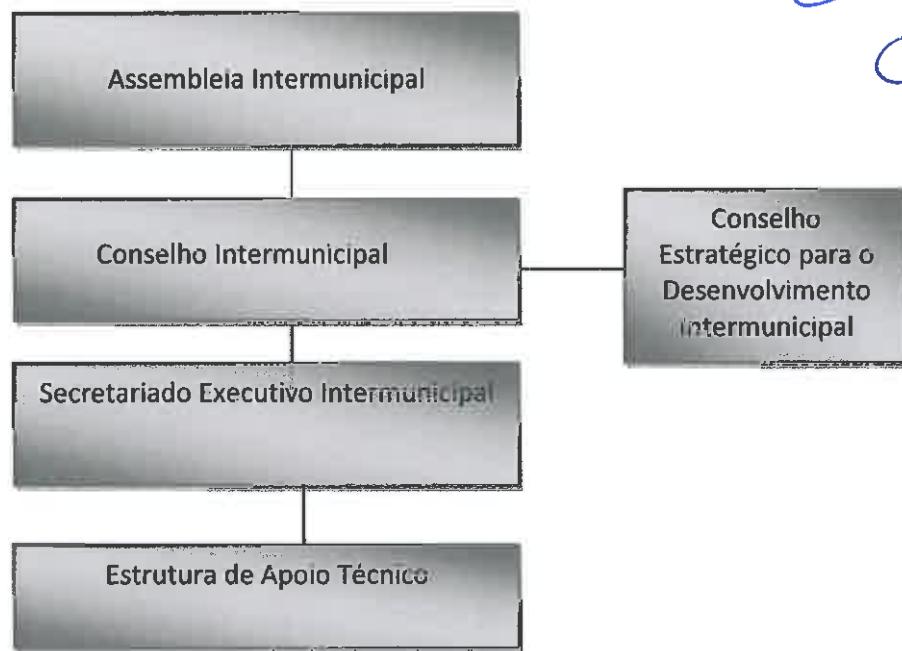
A CiM-TTM tem quatro órgãos, a Assembleia Intermunicipal, o Conselho Intermunicipal, o Secretariado Executivo Intermunicipal e o Conselho Estratégico Intermunicipal.

8.1.2. LEGISLAÇÃO

A CIM-TTM visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram e rege-se pela Lei n.º 75/2012, de 12 de setembro, pelos Estatutos e pelas demais disposições legais aplicáveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios, critérios e demais determinações definidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

8.1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



8.1.4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ACTIVIDADE

A CIM-TTM tem por objecto a promoção do desenvolvimento equilibrado dos municípios seus associados, participando activamente na realização de quaisquer interesses específicos comuns compreendidos nas atribuições dos municípios que a integram, salvo os que pela sua natureza ou disposição legal, devam ser directamente prosseguídos por estes.

A comunidade intermunicipal destina-se à prossecução dos seguintes fins públicos:

- Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do QREN;
- Planeamento das atuações de entidades públicas, de caráter supramunicipal;

Cabe à comunidade intermunicipal assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central, nas seguintes áreas:

- Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;



- b) Rede de equipamentos de saúde;
- c) Rede educativa e de formação profissional;
- d) Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;
- e) Segurança e proteção civil;
- f) Mobilidade e transportes;
- g) Redes de equipamentos públicos;
- h) Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural;
- i) Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.

Cabe à comunidade intermunicipal exercer as atribuições transferidas pela administração central e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios integrantes, nos termos da presente lei, bem como designar os representantes das autarquias locais em entidades públicas empresariais sempre que a representação tenha natureza intermunicipal.

8.1.5. RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

NOME	SITUAÇÃO NA ENTIDADE	REMUNERAÇÃO LÍQUIDA AUFERIDA	PERÍODO DE RESPONSABILIDADE	MORADA
Américo Jaime Afonso Pereira	Presidente do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2017 a 15.11.2017	Rua das Freiras 5320-326 Vinhais
Manuel Duarte Fernandes Moreno	Vice-presidente do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2017 a 15.11.2017	Jardim 1.º de Maio 5340-218 Macedo de Cavaleiros
Fernando Francisco Teixeira de Barros	Vice-presidente do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2017 a 15.11.2017	Av. Marechal Carmona 5360-303 Vila Flor
Berta Ferreira Milheiro Nunes	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2017 a 15.11.2017	Largo D. Dinis 5350-014 Alfândega da Fé
Hernâni Dinis Venâncio Dias	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2017 a 15.11.2017	Forte S. João de Deus 5301-902 Bragança
Artur Manuel Rodrigues Nunes	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2017 a 15.11.2017	Largo D. João III 5210-190 Miranda do Douro
António José Pires Almôr Branco	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2017 a 15.11.2017	Praça do Município 5370-288 Mirandela



NOME	SITUAÇÃO NA ENTIDADE	REMUNERAÇÃO LÍQUIDA AUFERIDA	PERÍODO DE RESPONSABILIDADE	MORADA
Francisco José M. Albuquerque Guimarães	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2017 a 15.11.2017	Convento S. Francisco 5200-244 Mogadouro
António Jorge Fidalgo Martins	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2017 a 15.11.2017	Praça Eduardo Coelho 5230-315 Vimioso

NOME	SITUAÇÃO NA ENTIDADE	REMUNERAÇÃO LÍQUIDA AUFERIDA	PERÍODO DE RESPONSABILIDADE	MORADA
Artur Manuel Rodrigues Nunes	Presidente do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	16.11.2017 a 31.12.2017	Largo D. João III 5210-190 Miranda do Douro
Berta Ferreira Milheiro Nunes	Vice-presidente do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	16.11.2017 a 31.12.2017	Largo D. Dinis 5350-014 Alfândega da Fé
Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues	Vice-presidente do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	16.11.2017 a 31.12.2017	Praça do Município 5370-288 Mirandela
Hernâni Dinis Venâncio Dias	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	16.11.2017 a 31.12.2017	Forte S. João de Deus 5301-902 Bragança
Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	16.11.2017 a 31.12.2017	Jardim 1.º de Maio 5340-218 Macedo de Cavaleiros
Francisco José M. Albuquerque Guimarães	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	16.11.2017 a 31.12.2017	Convento S. Francisco 5200-244 Mogadouro
Fernando Francisco Teixeira de Barros	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	16.11.2017 a 31.12.2017	Av. Marechal Carmona 5360-303 Vila Flor
António Jorge Fidalgo Martins	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	16.11.2017 a 31.12.2017	Praça Eduardo Coelho 5230-315 Vimioso
Luís dos Santos Fernandes	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	16.11.2017 a 31.12.2017	Rua das Freiras, 13 5320-326 Vinhais

8.1.6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Do ponto de vista informático, os registos e demais procedimentos contabilísticos são efectuados num único sistema que integra a Contabilidade Orçamental e a Contabilidade Patrimonial, em estrita obediência às determinações do Plano de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Desta forma, a contabilidade orçamental é executada em total concordância com a Contabilidade Geral e com a Contabilidade de Custos, encontrando-se todas integradas no mesmo sistema, pelo que não é efectuada com recurso a quaisquer registos paralelos.

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8.2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As normas que a seguir se desenvolvem respeitam a numeração do Plano Oficial de Contabilidade, não constando aquelas que para o presente exercício não são aplicáveis.

8.2.1 - INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO POCAL QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS DEVIDAMENTE FUNDAMENTADOS E SEM PREJUÍZO DO LEGALMENTE ESTABELECIDO, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPECTIVOS EFEITOS NO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTES DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ACTIVO, DO PASSIVO E DOS RESULTADOS DA AUTARQUIA LOCAL

O POCAL obriga à existência de três sistemas de contabilidade: orçamental, patrimonial e de custos. A contabilidade de custos não se encontra implementada. No entanto, a ausência deste sistema não tem efeitos relevantes sobre o balanço e a demonstração de resultados, pelo que estes documentos reflectem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da instituição.

8.2.2 – INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

No exercício de 2017 não foram alterados procedimentos, regras ou políticas contabilísticas relativamente ao exercício anterior que tornem incomparáveis as contas do balanço e demonstração de resultados.

8.2.3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

a) IMOBILIZADO

A valorização do imobilizado foi efectuada utilizando-se o custo de aquisição (custo histórico).

b) DÍVIDAS DE E A TERCEIROS

As dívidas a terceiros foram registadas pelo valor à data da fatura.

c) DISPONIBILIDADES

O montante de disponibilidades em caixa reflete o montante do valor em numerário, não incorporando qualquer montante em moeda estrangeira.

O montante de depósitos bancários reflete o valor do saldo contabilístico das referidas contas, estando justificadas as diferenças em relação ao extrato bancário à data de 31-12-2017.

d) AMORTIZAÇÕES

O método utilizado para o custo das amortizações é o método das quotas constantes, em conformidade com a Portaria do Ministério das Finanças n.º 671/2000, de 17 de Abril [CIBE – Cadastro e Inventário de Bens do Estado].

e) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Os acréscimos e diferimentos foram contabilizados com base no princípio da especialização do exercício.

f) PROVISÕES

Não aplicável no corrente ano.

8.2.7. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO CONSTANTES DO BALANÇO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo immobilizado, constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões, encontram-se representados nos quadros seguintes:



Resumo Movimentos nos Activos Imobilizados

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições		Saldo Final
			Alienação	Trnsf. Abate	
41 Investimentos Financeiros		151,28			151,28
42 Imobilizações Corpóreas	475 802,26	57 402,64			533 204,90
43 Imobilizações Incorpóreas	115 103,60	18 079,77			133 183,37
44 Imobilizações em Curso		33 258,71			33 258,71
Total	590 905,86	108 892,40	0,00	0,00	699 798,26

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo Final
48 Amortizações	215 539,19	197 269,86	0,00	412 809,05
49 Provisões		0,00	0,00	0,00
Total	215 539,19	197 269,86	0,00	412 809,05

8.2.8 – DESAGREGAÇÃO DE CADA UMA DAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO

Activo Bruto						
PERÍODO: 2017/01/01 a 2017/12/31						
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transf. E abates	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO						
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS						
EDIFÍCIOS						
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS						
BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL						
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO						
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO						
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DE MOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
DESPESSAS DE INSTALAÇÃO						
DESPESSAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO						
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS						
MOBILIZAÇÕES EM CURSO						
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE MOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
	115 103,60	0,00	51 338,48	0,00	0,00	166 442,08
DE MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS						
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES						
EQUIPAMENTO BÁSICO						
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE						
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS						
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO						
TARAS E VASILHAME						
OUTRAS MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
MOBILIZAÇÕES EM CURSO						
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
	475 802,26	0,00	57 402,64	0,00	0,00	533 204,90
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
PARTES CAPITAL						
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO						
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS						
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS						
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES						
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS						
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS						
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA						
OUTROS TÍTULOS						
MOBILIZAÇÕES EM CURSO						
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
	0,00	0,00	151,28	0,00	0,00	151,28
Total	590 905,86	0,00	108 892,40	0,00	0,00	699 798,26

Amortizações e Provisões

Período : 2017/01/01 a 2017/12/31

CIM-TTM

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
EDIFÍCIOS				
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS				
BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL				
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO				
	0,00	0,00	0,00	0,00
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
DESPESAS DE INSTALAÇÃO				
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO	18 450,00	9 225,00		27 675,00
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	31 295,37	34 093,21		65 388,58
	49 745,37	43 318,21	0,00	93 063,58
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				0,00
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				0,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES				0,00
EQUIPAMENTO BÁSICO				0,00
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE				0,00
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS				0,00
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	156 926,75	145 084,58		302 011,33
TARAS E VASILHAME				0,00
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	8 867,07	8 867,07		17 734,14
	165 793,82	153 951,65	0,00	319 745,47
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
PARTES CAPITAL				0,00
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO				0,00
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS				0,00
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				0,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES				0,00
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS				0,00
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS				0,00
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA				0,00
OUTROS TÍTULOS				0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Total.....	215 539,19	197 269,86	0,00	412 809,05

8.2.25 – DISCRIMINAÇÃO DAS DÍVIDAS INCLUÍDAS NA CONTA «ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS» EM SITUAÇÃO DE MORA

Os montantes inscritos nas demonstrações financeiras relativamente à conta de estado e outros entes públicos reportam-se a valores apurados no mês de dezembro de 2017. Não existem dívidas incluídas na conta em situação de mora.



Estado e Outros Entes Públicos				
Conta	Designação	Activo	Passivo	Observações
2421	IRS Trabalho Dependente		3 072,00	Retenções Dezembro
24511	Caixa Geral de Aposentações		714,34	Descontos Dezembro
24512	ADSE		290,09	Descontos Dezembro
24531	IGFSS - Descontos		650,54	Descontos Dezembro
Total			4 726,97	

8.2.28 – EXPLICITAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO DE CADA UMA DAS CONTAS DA CLASSE 5 «FUNDO PATRIMONIAL», CONSTANTES DO BALANÇO

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51 Património	83 761,29	0,00	0,00	83 761,29
55 Ajustamentos partes capital empresas				0,00
56 Reservas de reavaliação				0,00
Reservas:				0,00
57.1 Legais	20 665,29	0,00	0,00	20 665,29
57.2 estatutárias				0,00
57.3 Contratuais				0,00
57.4 Livres				0,00
57.5 Subsídios				0,00
57.6 Doações				0,00
57.7 Reservas decorrentes de Transf. Activos				0,00
59 resultados transitados	295 198,14	2 584,88	64 246,20	233 536,82
Sub Total	399 624,72	2 584,88	64 246,20	337 963,40
88 Resultado Líquido	-64 246,20	-122 689,97	64 246,20	-122 689,97
Total Fundos Próprios	335 378,52	-120 105,09		215 273,43

- **Conta 59 – Resultados transitados** – Aumento de 2 584,88, referente a excesso na estimativa de custos com senhas de presença e ajudas de custo dos membros da assembleia no ano de 2016. Diminuição de 64 246,20 pela transferência do resultado líquido do ano de 2016.

8.2.31 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	N	N-1		N	N-1
681-Juros suportados			781-Juros obtidos	10,88	19,54
682-Perdas Ent. Participadas			782-Ganhos Ent. Participadas		
683-Amort. Desinv.em Imóveis			783-Rendimentos de Imóveis		
684-Provisões Apl. Financeiras			784-Rendimentos Part.Capital		
685-Diferenças Cambio Desfav.			785-Diferenças cambio Fav.		
687-Perdas Ali.Apl.Tesouraria			785-Descontos PP Obtidos		
688-Outros Custos Perd.Financeiras	365,48	122,34	787-Ganhos Alien.Apl.Tesouraria		
Resultados Financeiros			788-Outros Prov.Ganh.Financeiros		
Total	365,48	122,34		354,60	102,80
				365,48	122,34

8.2.32 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	N	N-1		N	N-1
691-transf.capital Conc.			791-Restituição de Impostos		
692-Dívidas Incobráveis			792-Recuperação de Dívidas		
693-Perdas existências			793-Ganhos em existências		
694-Perdas Imobilizações			794-Ganhos Imobilizações		
695-Multas e Penalidades			795-Benef.Penal.Contratuais		
696-Aumentos Amort.Prov.			796-Reduções Amort.Provisões		
697-Corr.Relat.Exerc.Anteriores			797.Corr.Relat.Exerc.Anteriores		
698-Outros Custos e perdas Ext.			798-Outros prov.Ganhos Ext.	172 257,70	160 314,78
Resultados Extraordinários	172 257,70	160 314,78		172 257,70	160 314,78
Total	172 257,70	160 314,78		172 257,70	160 314,78

8.2.33 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com a obrigação prevista no Art. 66-A do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se em seguida o montante dos honorários faturados, IVA incluído, pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas:

	Doze meses findos em 31 dez 2017 Euro	Doze meses findos em 31 dez 2016 Euro
Certificação Legal das Contas	2.177,10	2.177,10
	2.177,10	2.177,10

8.3. NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

8.3.1. MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS

RECEITA

CIM-TTM						
Classificação Económica		Dotações da Receita				Observações
Código	Descrição	Previsões Iniciais	Modificações orçamentais		Previsões Corrigidas	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)-(5)	
0603019901	DGAL	209 064,00	103 000,00	0,00	312 064,00	
06030601	FEDER (CORRENTE)	911 592,50	0,00	103 105,00	808 487,50	
08019999	DIVERSAS	10,00	105,00	0,00	115,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	
	Total	1 120 666,50	103 105,00	103 105,00	1 120 666,50	

DESPESA

CIM-TTM

Classificação Económica		Despesa			Repasses abudancas pagamentos	Dotações corrigidas
Código	Descrição	Dotações Iniciais	Modificações orçamentais	Inscrições/Reforços	Diminuições/anulações	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)-(6)
01010304	Recrutamento de Pessoal Novos Postos de Trabalho	13 249,50	5 400,00	0,00	0,00	18 649,50
01010404	Recrutamento de Pessoal Novos Postos de Trabalho	500,00	12 000,00	0,00	0,00	12 500,00
01010604	Recrutamento de Pessoal Novos Postos de Trabalho	52 866,00	0,00	19 100,00	0,00	33 766,00
010202	Horas Extraordinárias	50,00	950,00	0,00	0,00	1 000,00
010204	Ajudas de Custo	4 000,00	1 000,00	0,00	0,00	5 000,00
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	18 900,00	1 700,00	0,00	0,00	20 600,00
020107	Vestuário e Artigos Pessoais	100,00	750,00	0,00	0,00	850,00
020121	Outros Bens	1 000,00	25 000,00	0,00	0,00	26 000,00
020209	Comunicações	3 500,00	1 000,00	0,00	0,00	4 500,00
020211	Representação dos Serviços	100 000,00	0,00	20 000,00	0,00	80 000,00
02021403	Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar	300 000,00	0,00	50 000,00	0,00	240 000,00
02021499	Outros	75 000,00	80 000,00	0,00	0,00	155 000,00
020216	Seminários, Exposições e Similares	40 000,00	0,00	16 000,00	0,00	24 000,00
020217	Publicidade	125 000,00	0,00	2 550,00	0,00	122 450,00
02022001	Organização do BTL	75 000,00	0,00	20 200,00	0,00	54 800,00
02022502	Outros Serviços	15 000,00	7 500,00	0,00	0,00	22 500,00
0405010402	Associações de Municípios -AMTCIT	100 000,00	19 000,00	0,00	0,00	119 000,00
0405010403	Associações de Municípios -AMTFNT	70 000,00	0,00	19 000,00	0,00	51 000,00
07010602	Aquisição de viaturas comerciais para a adaptação a balcões móveis	270 000,00	140 103,84	0,00	0,00	410 103,84
07010701	Plataforma Trás-os-Montes Conetado	520 167,50	0,00	142 310,00	0,00	377 857,50
07010702	Alargamento das redes WI-FI	433 525,00	0,00	177 500,00	0,00	256 025,00
07010707	Balcão Móvel - aquisição e instalação de Equipamentos	270 000,00	0,00	140 103,84	0,00	129 896,16
07010799	Outros	6 000,00	3 500,00	2 546,10	0,00	6 953,90
07010801	Plataforma Trás-os-Montes Conetado	100 000,00	316 310,00	0,00		416 310,00
07010899	Outro - Software	25 000,00	0,00	2 700,00	0,00	22 300,00
070109	Equipamento Administrativo	6 000,00	5 250,00	0,00	0,00	11 250,00
07011501	Implementação de um sistema de Vigilância e Apoio à Decisão operacional	135 300,00	2 546,10	0,00	0,00	137 846,10
	Total	2 760 158,00	622 009,94	622 009,94	0,00	2 760 158,00

8.3.2. MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Não foram realizadas alterações ao Plano Pluriannual de Investimentos.

		DESPESA		
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÔMICA	DESCRÍÇÃO	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS	DOTAÇÕES CORRIGIDAS
			DOTAÇÕES INICIAIS	
			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES
01		ADMINISTRAÇÃO		
0101		ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL		
0101	01	DESPESAS COM O PESSOAL		
0101	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		
0101	010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		
0101	01021302	OUTROS	7.500,00	7.500,00
0101	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		
0101	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
0101	020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	7.000,00	7.000,00
0102		CONSELHO INTERMUNICIPAL		
0102	01	DESPESAS COM O PESSOAL		
0102	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		
0102	010102	ÓRGÃOS SOCIAIS	74.172,00	74.172,00
0102	010103	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA		
0102	01010304	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	13.249,50	5.400,00
0102	010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	500,00	12.000,00
0102	01010404	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	52.866,00	19.100,00
0102	010106	PESSOAL CONTRATADO A TÉRMINO	5,00	5,00
0102	01010604	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	18.960,00	33.766,00
0102	010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	7.660,00	5.00
0102	010111	REPRESENTAÇÃO	26.780,00	18.960,00
0102	010113	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	50,00	7.660,00
0102	010114	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	4.000,00	26.780,00
0102	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		
0102	010202	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	50,00	1.000,00
0102	010204	AJUDAS DE CUSTO	4.000,00	5.000,00
0102	010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		
0102	01021302	OUTROS	50,00	50,00
0102	010214	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	50,00	50,00
0102	0103	SEGURANÇA SOCIAL		
0102	010301	ENCARGOS COM A SAÚDE	50,00	50,00
0102	010303	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	50,00	50,00
0102	010304	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	50,00	50,00
0102	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		
0102	01030501	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (ADSE)	1.000,00	1.000,00
0102	01030502	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		
0102	0103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	18.900,00	1.700,00
0102	0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	27.900,00	20.600,00
0102	010309	SEGUROS		
0102	01030901	SEGURO DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	3.000,00	3.000,00
0102	01030902	SEGUROS DE SAÚDE	100,00	100,00
0102	010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		
0102	01031099	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	10,00	10,00
0102	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		
0102	0201	AQUISIÇÃO DE BENS		
0102	020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		
0102	02010202	GASÓLEO	4.250,00	4.250,00
0102	020104	LIMPEZA E HIGIENE	100,00	100,00
0102	020107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	100,00	850,00
0102	020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	1.300,00	1.300,00
0102	020112	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS	1.250,00	1.250,00
0102	020115	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	2.000,00	2.000,00
0102	020118	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	600,00	600,00
0102	020121	OUTROS BENS	1.000,00	25.000,00
0102	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
0102	020209	COMUNICAÇÕES	3.500,00	1.000,00
0102	020210	TRANSPORTES	7.500,00	7.500,00
0102	020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	100.000,00	20.000,00
0102	020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	35.000,00	80.000,00
0102	020214	ESTUDOS, PARCERIAS, PROJECTOS E CONSULTADORIA		
0102	02021401	ASSESSORIA CONCURSO CONCESSÃO CARREIRAS	92.500,00	92.500,00
0102	02021402	SISTEMA DE APOIO ÀS AÇÕES COLETIVAS (SAAC)	367.500,00	367.500,00
0102	02021403	PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR	300.000,00	240.000,00
0102	02021499	OUTROS	75.000,00	60.000,00
0102	020215	FORMAÇÃO	1.000,00	155.000,00
0102	020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	40.000,00	1.000,00
			80.000,00	16.000,00
				24.000,00

ENTIDADE

CIM DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

TOTAL DE ALTERAÇÕES : 4

TOTAL DE REVISÕES :

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

DO ANO CONTABILISTICO DE 2017

Periodo: 2017/01/02 a 2017/12/31

Página: 2

DESPESA

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÔMICA	DESCRÍÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÕES CORRIDAS
				INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
0102	020217	PUBLICIDADE	125.000,00		2.550,00	122.450,00
0102	020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS				
0102	02022001	ORGANIZAÇÃO DO BTI	75.000,00		20.200,00	54.800,00
0102	02022099	OUTROS	25.000,00			25.000,00
0102	020225	OUTROS SERVIÇOS				
0102	02022502	OUTROS SERVIÇOS - OUTROS	15.000,00	7.500,00		22.500,00
0102	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS				
0102	0303	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA				
0102	030305	MATERIAL DE TRANSPORTE	3.000,00			3.000,00
0102	030306	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	150,00			150,00
0102	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
0102	0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL				
0102	040501	CONTINENTE				
0102	04050104	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS				
0102	0405010402	AMTOT	100.000,00	19.000,00		119.000,00
0102	0405010403	AMTFNT	70.000,00		19.000,00	51.000,00
0102	0405010499	OUTRAS ASSOCIAÇÕES	5,00			5,00
0102	05	SUBSÍDIOS				
0102	0501	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS				
0102	050103	PRIVADAS				
0102	05010301	AGÊNCIA DE ENERGIA TRÁS-OS-MONTES - (AE-TM)	100,00			100,00
0102	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
0102	0602	DIVERSAS				
0102	060203	OUTRAS				
0102	06020304	SERVIÇOS BANCÁRIOS	500,00			500,00
0102	06020305	OUTRAS	250,00			250,00
0102	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL				
0102	0701	INVESTIMENTOS				
0102	070103	EDIFÍCIOS				
0102	07010301	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS				
0102	070106	MATERIAL DE TRANSPORTE				
0102	07010602	Aquisição de Viaturas Comerciais para Adaptação a Balcões Móveis	270.000,00	140.103,84		410.103,84
0102	070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA				
0102	07010701	PLATAFORMA TRÁS-OS-MONTES CONECTADO	520.167,50		142.310,00	377.857,50
0102	07010702	ALARGAMENTO DA REDE WI-FI	433.525,00		177.500,00	256.025,00
0102	07010703	CLOUD TIM	250.000,00			250.000,00
0102	07010704	SMART REGION TRÁS-OS-MONTES	70.000,00			70.000,00
0102	07010707	BALCÃO MÓVEL - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO EQUIPAMENTOS	270.000,00		140.103,84	129.896,16
0102	07010799	OUTROS	6.000,00	3.500,00	2.546,10	6.953,90
0102	070108	SOFTWARE INFORMÁTICO				
0102	07010801	PLATAFORMA TRÁS-OS-MONTES CONECTADO	100.000,00	316.310,00		416.310,00
0102	07010802	ALARGAMENTO DA REDE WI-FI				
0102	07010803	CLOUD TIM				
0102	07010804	SMART REGION TRÁS-OS-MONTES	100.000,00			100.000,00
0102	07010899	OUTRO	25.000,00		2.700,00	22.300,00
0102	070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	6.000,00	5.250,00		11.250,00
0102	070113	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS				
0102	07011301	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS-GERAL	2.000,00			2.000,00
0102	070115	OUTROS INVESTIMENTOS				
0102	07011501	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE VIGILÂNCIA E APOIO A DECISÃO OPERACIONAL	135.300,00	2.546,10		137.846,10
0102	0702	LOCAÇÃO FINANCEIRA	6.500,00			6.500,00
0102	070205	MATERIAL DE TRANSPORTE- LOCAÇÃO FINANCEIRA				
TOTAL ...			3.905.000,00	622.009,94	622.009,94	3.905.000,00

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

ENTIDADE

CIM DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

TOTAL DE ALTERAÇÕES : 1
TOTAL DE REVISÕES : 1

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA

DO ANO CONTABILISTICO DE: 2017

Período: 2017/01/02 a 2017/12/31

Página: 1

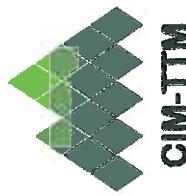
MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	PREVISÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		PREVISÕES CORRIDAS	OBSERVAÇÕES
			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	130,00			130,00	
0402	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	130,00			130,00	
040201	JUROS DE MORA	100,00			100,00	
040299	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	30,00			30,00	
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2.000,00			2.000,00	
0502	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	2.000,00			2.000,00	
050201	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	2.000,00			2.000,00	
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.709.167,50	103.105,00	103.105,00	1.709.062,50	
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.545.661,50	103.000,00	103.105,00	1.545.556,50	
060301	ESTADO	209.069,00	103.000,00		312.069,00	
06030199	OUTRAS	209.069,00	103.000,00		312.069,00	
0603019901	DGAL	209.064,00	103.000,00		312.064,00	
0603019902	OUTRAS	5,00			5,00	
060306	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	1.336.592,50		103.105,00	1.233.487,50	
06030601	FEDER (CORRENTE)	911.592,50		103.105,00	808.487,50	
06030602	FSE (CORRENTE)	425.000,00			425.000,00	
0605	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	163.506,00			163.506,00	
060501	CONTINENTE	163.506,00			163.506,00	
06050101	MUNICÍPIOS	163.500,00			163.500,00	
0605010101	MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ	12.000,00			12.000,00	
0605010102	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	31.000,00			31.000,00	
0605010103	MUNICIPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	20.000,00			20.000,00	
0605010104	MUNICIPIO DE MIRANDA DO DOURO	14.000,00			14.000,00	
0605010105	MUNICIPIO DE MIRANDELA	22.000,00			22.000,00	
0605010106	MUNICIPIO DE MOGADOURO	17.500,00			17.500,00	
0605010107	MUNICIPIO DE VILA FLOR	12.000,00			12.000,00	
0605010108	MUNICIPIO DE VIMIOSO	13.000,00			13.000,00	
0605010109	MUNICIPIO DE VINHAIS	22.000,00			22.000,00	
06050102	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	6,00			6,00	
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10,00	105,00		115,00	
0801	OUTRAS	10,00	105,00		115,00	
080199	OUTRAS	10,00	105,00		115,00	
08019999	DIVERSAS	10,00	105,00		115,00	
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.193.692,50			2.193.692,50	
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.822.145,50			1.822.145,50	
100307	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	1.822.145,50			1.822.145,50	
10030701	FEDER (CAPITAL)	1.822.145,50			1.822.145,50	
1005	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	371.547,00			371.547,00	
100501	CONTINENTE	371.547,00			371.547,00	
10050101	MUNICÍPIOS	371.547,00			371.547,00	
1005010101	MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ	26.996,00			26.996,00	
1005010102	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	67.951,00			67.951,00	
1005010103	MUNICIPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	48.397,00			48.397,00	
1005010104	MUNICIPIO DE MIRANDA DO DOURO	32.921,00			32.921,00	
1005010105	MUNICIPIO DE MIRANDELA	51.611,00			51.611,00	
1005010106	MUNICIPIO DE MOGADOURO	43.059,00			43.059,00	
1005010107	MUNICIPIO DE VILA FLOR	27.432,00			27.432,00	
1005010108	MUNICIPIO DE VIMIOSO	29.568,00			29.568,00	
1005010109	MUNICIPIO DE VINHAIS	43.612,00			43.612,00	
TOTAL ...		3.905.000,00	103.105,00	103.105,00	3.905.000,00	

Em ____ de ____ de ____
Hely.

Em ____ de ____ de ____

Autosfora -



8.3.3. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

ENTIDADE	OBJECTO	CONTRATO		VALOR SEM IVA	MODALIDADE ADJUDICAÇÃO	PAGAMENTOS ACUMULADOS 2016 (com IVA)	PAGAMENTOS ACUMULADOS 2017 (com IVA)
		DATA	VALOR SEM IVA				
ARPA, Unipessoal, Lda.	Criação de Elementos Multimédia para Divulgação e Promoção das Terras de Trás-Os-Montes	21.03.2016	51.975,00€	Ajuste Direto	58.331,52€	5.597,73€	
Skillmind – Consultoria de Gestão e Formação, Lda.	Aquisição de serviços de plataforma electrónica de contratação pública	20.04.2015	4.950,00€	Ajuste Direto	4.059,00€	0,00€	
Turismo Com Essentia – Consultores, S.A	Preparação, Vialização e Instrução Da Candidatura PROVERE das Terras de Trás-os-Montes	02.02.2016	35.000,00€	Ajuste Direto	36.592,50€	6.457,50€	
Paulo Alexandre Afonso de Abreu	Prestação de serviços de apoio jurídico	01.07.2016	17.000,00€	Ajuste Direto	6.150,00€	14.760,00€	
Identicodestaque Comunicação, Lda.	Prestação de Serviços de Produção de Conteúdos e Divulgação	15.09.2016	5.500,00€	Ajuste Direto	2.255,00€	4.510,00€	
Leica Geosystems - Sistemas para Geodesia e Topografia + Sociedade Unipessoal, Lda.	Aquisição de um Drone (UAD) multirotor	06.10.2017	28.500,00€	Ajuste Direto	0,00€	0,00€	
Warpcom Services, S.A	Aquisição de uma Estação de Trabalho Gráfica	25.09.2017	3.999,85€	Ajuste Direto	0,00€	0,00€	

ENTIDADE	OBJECTO	CONTRATO			MODALIDADE ADJUDICAÇÃO	PAGAMENTOS ACUMULADOS 2016 (com IVA)	PAGAMENTOS ACUMULADOS 2017 (com IVA)
		DATA	VALOR	SEM IVA			
WireMaze - Sistemas de Informação, S.A.	Fornecimento das Aplicações SigmaForms e SigmaApp	25.09.2017	40.500,00€		Ajuste Direto	0,00€	0,00€
CHANGETOMORROW, Lda	Aquisição de Serviços para a Implementação de Plataforma de Gestão dos Centros de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CRO)	25.09.2017	14.699,00€		Ajuste Direto	0,00€	0,00€
CHANGETOMORROW, Lda	Aquisição de Serviços para a Implementação de uma Plataforma de Gestão de Processos de Participação Pública	25.09.2017	67.599,00€		Ajuste Direto	0,00€	0,00€
Quaternaire Portugal S.A	Prestação de Serviços para a Elaboração do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar	31.01.2017	35.000,00€		Ajuste Direto	0,00€	0,00€
Naturthoughts Turismo de Natureza, Lda	Prestação de serviços para a Elaboração da Carta Intermunicipal de Desporto de Natureza das Terras de Trás-os-Montes	16.10.2017	60.000,00€		Ajuste Direto	0,00€	0,00€
AETUR - Associação de Empresários Turísticos do Douro e Trás-os-Montes	Prestação de serviços de consultoria em marketing na Ação de Promoção Externa da CIM das Terras de Trás-os-Montes	19.07.2017	7.500,00€		Ajuste Direto	0,00€	9.225,00€

D 9.5.18
F. A. G. P.
F. A. G. P.
F. A. G. P.
F. A. G. P.

ENTIDADE	OBJECTO	CONTRATO			PAGAMENTOS ACUMULADOS 2016 (com IVA)		PAGAMENTOS ACUMULADOS 2017 (com IVA)	
		DATA	VALOR SEM IVA	MODALIDADE ADJUDICAÇÃO	Ajuste Direto	0,00€	13.948,20€	
JAGP, Lda.	Prestação de serviços de consultoria para a Criação da Plataforma Regional de Promoção do Espírito Empresarial @ TTM	09.10.2017	28.350,00€		Ajuste Direto	0,00€		
Simultâneo de Ideias e Música - Produção de Eventos Culturais, Lda	Prestação de Serviços de "Apoio à Animação das Terras de Trás-os-Montes na BTL 2017"	13.03.2017	40.390,00€		Ajuste Direto	0,00€	49.679,70€	
Ana Sofia de Sousa Oliveira	Prestação de serviços de especializados no âmbito da participação na "Fête des Vendanges - 2017"	21.07.2017	16.200,00€		Ajuste Direto	0,00€	19.926,00€	
ARPA, Unipessoal, Lda.	Produção e Difusão de Elementos Multimédia para Divulgação e Promoção das Terras de Trás-os-Montes	07.04.2017	51.507,00€	Concurso Público	0,00€	56.994,51€		
Mobimiranda - Comércio de Mobiliário e Equipamentos, Lda.	Fornecimento de Mobiliário de Escritório	05.06.2017	6.888,96€		Ajuste Direto	0,00€	8.473,42€	
SPI, SA	Estratégia de Internacionalização e Abordagem a Mercados Prioritários para os Recursos Endógenos e Produtos Turísticos das Terras de Trás-os-Montes	05.12.2017	81.672,00€	Concurso Público	0,00€	0,00€		



8.3.4 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

8.3.4.1 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (DESPESA)

CIM-TTM					2017
Entidade Beneficiária	Finalidade	Montante Orçado	Transferências Efetuadas	Grau da execução da despesa	Observações
AMTQT	Afetação dos Recursos Humanos	119 000,00	47 684,36	40,07%	
AMTFNT	Afetação dos Recursos Humanos	51 000,00	18 358,89	36,00%	
Total		170 000,00	66 043,25		

8.3.4.4 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (RECEITA)

CIM-TTM			2017
Entidade Financiadora	Transferências Orçadas	Transferências Obtidas	Observações
Estado	312 064,00	311 935,00	
FEDER	1 233 487,50	203 577,34	
Município de Alfandega da Fé	12 000,00	12 000,00	
Município de Bragança	31 000,00	30 999,96	
Município de Macedo de Cavaleiros	20 000,00	0,00	
Município de Miranda do Douro	14 000,00	14 004,00	
Município de Mirandela	22 000,00	21 999,96	
Município de Mogadouro	17 500,00	14 499,86	
Município de Vila Flor	12 000,00	12 000,00	
Município de Vimioso	13 000,00	12 999,96	
Município de Vinhais	22 000,00	17 499,96	
Total	1 709 051,50	651 516,04	

8.3.4.5 – TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL (RECEITA)

CIM-TTM			2017
Entidade Financiadora	Transferências Orçadas	Transferências Obtidas	Observações
Município de Alfandega da Fé	9 950,00	9 950,00	
Município de Mirandela	9 950,00	9 950,00	
Município de Vila Flor	9 950,00	9 950,00	
Total	29 850,00	29 850,00	

8.3.6. ENDIVIDAMENTO

A CIM-TTM não tem empréstimos, não tem dívidas em mora para com o fisco, segurança social e trabalhadores.



**SÍNTESE DAS RECONCILIAÇÕES
BANCÁRIAS**

MAPA SÍNTSE DA RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA

PERÍODO DE 2017/01/02 A 2017/12/31

Pág. 1

Instituição Bancária		Saldo do Extracto Bancário	Saldo Contabilístico	Observações
Banco	N.º de Conta			
0018 TOTTA	0336279792020			
0018 TOTTA	0336618619020	28.236,15	171.079,24	
0018 TOTTA	0337669967020	33.884,54	33.884,54	
	Total	204.963,78		



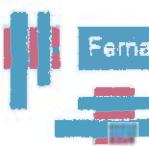
Dafne

José

Fernando

G

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de **694.238 euros** e um total de fundos próprios de **215.273 euros**, incluindo um resultado líquido negativo de **122.689,97 euros**), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de **628.217,26 euros** de despesa paga e um total de **684.485,19 euros** de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.
2. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes** em **31 de dezembro de 2017**, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com POCAL.

Bases para a opinião

3. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
4. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

5. Chamamos atenção para o facto de a execução orçamental ter sido de apenas 17,53% na receita e 16,09% na despesa.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

6. O órgão de gestão é responsável pela:

[Handwritten signature]



- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com POCAL;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

7. O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

8. A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

9. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

10.A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

11.Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Bragança, 11 de abril de 2018

Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda.